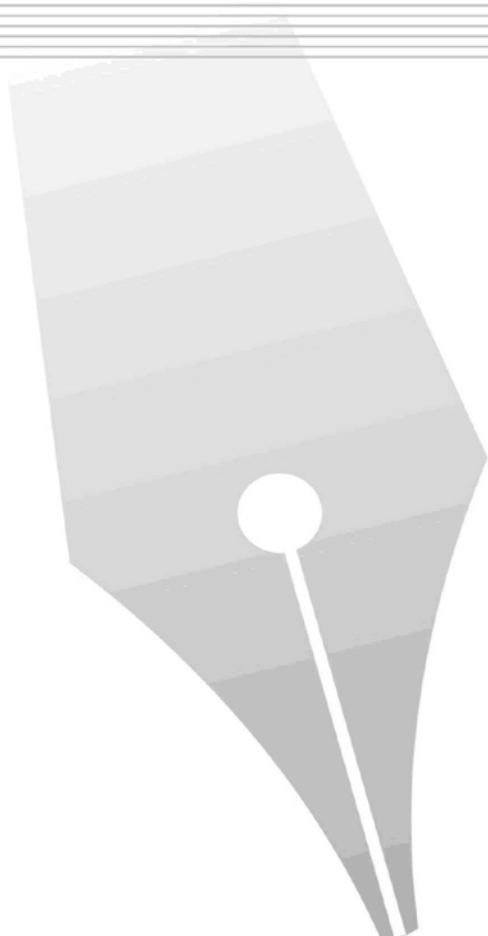


Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



**ECONOMIA DA FELICIDADE:
Implicações para Políticas Públicas**

Pedro Fernando Nery

Textos para Discussão

156

Outubro/2014

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Diretor-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Paulo Fernando Mohn e Souza – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Fernando B. Meneguim – Consultor-Geral Adjunto

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

NERY, P. F. **Economia da Felicidade: Implicações para Políticas Públicas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Outubro/2014 (Texto para Discussão nº 156). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 1 Out. 2014.

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

ECONOMIA DA FELICIDADE: Implicações para Políticas Públicas

RESUMO

O que torna algumas pessoas mais felizes do que outras? Essa é uma das perguntas que a Economia da Felicidade, campo emergente e interdisciplinar, busca responder. Este texto é uma introdução ao estudo da felicidade, suas principais descobertas e consequências, e sua aplicação para políticas públicas no Brasil. Sem impor ao Estado um papel paternalista, a Economia da Felicidade traz muitos insumos para o debate político do país, mesmo em áreas que não estão tradicionalmente no domínio da ciência econômica. Além dos fatores econômicos por trás da satisfação individual, são enfatizadas as descobertas das pesquisas em relação a instituições, mobilidade urbana, desenho urbano, saúde, avaliação de políticas públicas e indicadores de felicidade, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Economia da Felicidade, Economia Comportamental, Políticas Públicas, Economia do Trabalho, Economia do Setor Público.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	COMO SE ESTUDA A FELICIDADE?.....	6
3	FATORES ECONÔMICOS	9
3.1	RENDA	10
3.2	OUTROS FATORES ECONÔMICOS: DESEMPREGO, INFLAÇÃO E DESIGUALDADE	13
3.3	CONSUMO	17
3.4	O RESULTADO DAS PESQUISAS E A REALIDADE BRASILEIRA	18
4	FATORES NÃO ECONÔMICOS	21
4.1	INSTITUIÇÕES	21
4.2	MOBILIDADE URBANA.....	25
4.3	DESENHO URBANO	28
4.4	SAÚDE	29
4.5	OUTROS FATORES	30
5	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
6	INICIATIVAS PELO MUNDO	35
7	DEVEMOS BUSCAR MAXIMIZAR UM INDICADOR DE FELICIDADE?	40
8	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS	44

ECONOMIA DA FELICIDADE: Implicações para Políticas Públicas

Pedro Fernando Nery (Senado Federal)¹

1 INTRODUÇÃO

A Economia da Felicidade investiga os fatores por trás da felicidade das pessoas, usando não apenas conceitos e ferramentas da economia, mas também da sociologia, da ciência política, e, especialmente, da psicologia. Os estudos em Economia da Felicidade são fundamentalmente empíricos e baseados em *surveys* (pesquisas de opinião) sobre o nível de felicidade das pessoas: a relação entre as características econômicas, sociais e demográficas – entre outras – e o nível de felicidade reportado pelos entrevistados é analisado estatisticamente, para que se compreenda o que torna alguns indivíduos mais felizes do que outros.

Apesar de novo, o campo conta com contribuições de acadêmicos importantes. Vários estudos em Economia da Felicidade se baseiam em trabalhos de vencedores do Prêmio Nobel em economia, como Daniel Kahneman, Amartya Sen e Gary Becker². O professor Bruno Frey, um dos principais expoentes da área, é listado entre os cinquenta economistas mais influentes do mundo, à frente de macroeconomistas conhecidos³. Assim, o ramo vem se consolidando como uma área emergente, cada vez mais distante de ser apenas uma mera curiosidade.

Compreendendo o que torna os cidadãos mais felizes, uma análise cuidadosa dos resultados das pesquisas em Economia da Felicidade pode prescrever mudanças em algumas políticas públicas, com a cautela de não sugerir uma atuação paternalista por parte do Estado. Vários dos serviços que um governo busca prover aos seus cidadãos, principalmente em países democráticos, já são serviços que se relacionam com o nível

¹ Mestre em Economia pela UnB. Consultor Legislativo do Senado Federal. O autor agradece os comentários de Benjamin Miranda Tabak e André Afonso de Castro.

² Agraciados com o Prêmio, respectivamente, por “integrar *insights* da psicologia à ciência econômica” (2002), “contribuições à economia do bem-estar” (1998), e “estender o domínio da análise microeconômica a uma ampla variedade de comportamento humano e interação” (1992).

³ *Economist Rankings at IDEAS (RePEc)*: <http://ideas.repec.org/top/top.person.all.html>. Acesso em junho de 2014.

de felicidade e bem-estar das pessoas, como os serviços de saúde. Por outro lado, a Economia da Felicidade traz *insights* de áreas que estão ligadas à felicidade dos indivíduos e onde ainda há espaço para atuação do governo.

Neste texto, apresenta-se de uma maneira geral e introdutória a metodologia usada na Economia da Felicidade e os principais resultados das pesquisas, dividindo os fatores econômicos e não econômicos por trás da felicidade. Ainda, discute-se como esses resultados se encaixam na realidade brasileira, tão diferente da dos países em que muitos dos estudos foram realizados, e como as descobertas se inserem no âmbito das políticas públicas. Respeitando o interesse interdisciplinar na questão, a linguagem busca ser acessível, deixando apenas indicações para referências mais complexas.

2 COMO SE ESTUDA A FELICIDADE?

Para compreender bem os resultados das pesquisas em Economia da Felicidade, é importante entender a sua metodologia. Apesar de envolver pesquisadores de áreas diferentes, os trabalhos possuem, em geral, metodologias parecidas. Na maioria desses estudos, dados provenientes de *surveys* amplos e representativos são analisados com métodos estatísticos, de modo a observar a correlação entre os níveis de felicidade e fatores (econômicos ou não) da vida dos indivíduos.

Assim, os indivíduos são entrevistados e eles próprios reportam o seu nível de felicidade subjetivo, em escalas que variam em cada pesquisa. Além dessa informação sobre a satisfação com a vida, várias outras informações são colhidas dos participantes (ex: renda, idade), mas não são eles que relacionam essas informações com o seu nível de felicidade. Dessa forma, se uma pesquisa conclui que “dinheiro não traz felicidade”, isso não ocorre porque os entrevistados afirmaram isso sobre a relação da sua renda com a sua felicidade, mas sim porque dados de milhares de indivíduos foram analisados e essa conclusão foi extraída pelos pesquisadores.

Entre as maiores e mais conhecidos *surveys* que incluem perguntas sobre felicidade e satisfação com a vida estão a *Gallup World Poll*, com mil entrevistados em 160 países, a *World Values Survey*, que na coleta de 2011/2012 entrevistou mais de 84 mil pessoas em 56 países; a americana *General Social Survey*, com amostra de 55 mil indivíduos; a *Eurobarometer*, da União Europeia, que entrevista mil cidadãos de cada estado-membro; e a *Latinobarómetro*, com abrangência de 18 países latino americanos (além da Espanha) e 23 mil entrevistados. Apesar de abrangido por pesquisas

internacionais, não há no Brasil ainda uma pesquisa nacional contínua e no mesmo formato sobre o tema. Entre as iniciativas mais promissoras, está o Índice de Bem-Estar Brasil (*Well Being Brazil Index*), liderado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Movimento + Feliz, criador da rede social *My Fun City*, com resultados até agora apenas para a cidade de São Paulo.

Apesar de predominante nos estudos, o uso do nível de felicidade reportado pelos entrevistados em *surveys* como medida da felicidade desses indivíduos não é consensual. Essa técnica de mensuração recebe críticas porque a resposta dos entrevistados poderia ser influenciada por emoções momentâneas, que não se enquadram nas concepções de felicidade da psicologia. Essa metodologia também estaria sujeitas a outros possíveis vieses existentes nesse tipo de pesquisa, como o causado pela ordem das questões. Na literatura, outras metodologias foram sugeridas, inclusive pelo prêmio Nobel Daniel Kahneman⁴. Entretanto, como as desvantagens do uso de *surveys* são consideradas pequenas em relação às suas vantagens, esse tipo de técnica é considerada satisfatória e foi validada por estudos específicos⁵. Frey (2008) salienta ainda que é uma tradição na teoria econômica confiar no discernimento das pessoas, que são considerados os melhores “juizes” das próprias vidas, sendo natural mensurar a felicidade das pessoas simplesmente perguntando a elas sobre seu bem-estar.

Organismos internacionais também têm validado essa metodologia. De acordo com o *The World Happiness Report 2013* (p. 3), publicado pelo *The Earth Institute*, da Universidade Columbia, e pela Organização das Nações Unidas (ONU), “os entrevistados pelas pesquisas claramente reconhecem a diferença entre felicidade como uma emoção e felicidade no sentido de satisfação com a vida”. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi além, e publicou, em 2013, documento oficial com diretrizes técnicas orientando os países em como mensurar o bem-estar subjetivo, usando a metodologia⁶.

⁴ Outros métodos incluem o método de amostragem de experiência (*experience sampling method – ESM*), o método de reconstrução do dia (*day reconstruction method – DRM*), o índice-U (*U-index*), e o uso de imagens do cérebro.

⁵ Entre outros, Fordyce (1988), Headey and Wearing (1991), Sandvik *et al* (1993), Ehrhardt *et al* (2000) e Helliwell (2006).

⁶ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (2013). *Guidelines on measuring subjective well-being*. Paris: OCDE. Disponível em: <http://www.oecd.org/statistics/Guidelines on Measuring Subjective Well-being.pdf>

A medida de felicidade usada nas pesquisas de felicidade dialoga ainda com um importante conceito da teoria econômica: o de “utilidade”. Esse é um termo que, na economia, tem acepção diferente do seu significado popular. Para os economistas, de maneira simplificada, a utilidade é o nível de satisfação de um indivíduo, é o que ele busca maximizar, de maneira que a utilidade está para os indivíduos assim como o lucro está para as firmas. Quando o conceito surgiu, não se considerava possível nem necessário medi-lo. Atualmente, conforme apresentado nos parágrafos anteriores, existem várias opções para mensurá-lo e as medidas de felicidade da psicologia descritas são consideradas uma boa aproximação (*proxy*) deste conceito da economia.

Este tipo de abordagem – subjetivista – é marcadamente diferente da abordagem tradicional da teoria econômica (objetivista), que considera que a utilidade não pode ser observada, apenas inferida pelas “preferências reveladas”. Como explica Amartya Sen (1986, p. 18), isso se relaciona com a noção de que “a escolha (...) é o único aspecto humano que pode ser observado”. Assim, considerações sobre a utilidade de um indivíduo só poderiam ser feitas com a observação de seu comportamento, já que suas escolhas revelariam suas preferências. Kahneman (1991, 1997, 2006) também faz ressalvas à teoria tradicional e trouxe o conceito de “utilidade experimentada” (*experienced utility*), remetendo ao conceito hedônico de utilidade usado pelo filósofo Jeremy Bentham no século XIX. Kahneman (2005) propõe ainda que ele seja usado na avaliação de políticas públicas, lembrando que a abordagem objetivista popular na economia é usada, além de no caso da utilidade individual, na mensuração do bem-estar social.

Entretanto, o nível de felicidade das pessoas não é a única variável estudada nas pesquisas de Economia da Felicidade. Ela é apenas a variável dependente, e boa parte da atenção dos estudos se concentra em como ela se relaciona com outros fatores que a explicam, as variáveis independentes. Assim, de maneira parecida com o que ocorre com o conceito de utilidade, o interesse não é no valor absoluto da medida de felicidade ou em sua variância entre as pessoas. Como em outras áreas da economia, técnicas de econometria são usadas para estudar essa relação entre as variáveis. Formalmente, a equação abaixo explicita tal relação:

$$W_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \varepsilon_{it}$$

em que W é o nível de felicidade subjetivo reportado pelo indivíduo i no período t e X é um vetor de características desse indivíduo (por exemplo, econômicas, sociais e demográficas – como emprego, escolaridade, gênero, entre muitas outras), associado aos coeficientes estimados (β) de influência dessas variáveis em W . Como em outras aplicações, α é o intercepto, que se refere a um nível de felicidade “basal” que não depende das variáveis em X , e ε é o termo erro.

O modelo está sujeito a problemas de estimação comuns na análise econométrica. Como é recorrente, é a princípio difícil separar correlação de causalidade. Por exemplo, observado que a correlação entre o nível de felicidade e a renda dos indivíduos é positiva, é preciso determinar a direção da causalidade. As pessoas podem ser mais felizes porque têm mais dinheiro, mas pode ser também que pessoas felizes, ao possuir atributos desejáveis no mercado de trabalho, ganhem mais – ou ainda pode ser que as duas coisas aconteçam simultaneamente, em ambas as direções. Ainda, pode ser que algum outro fator não incluído no modelo afete tanto a renda quanto à felicidade. Várias técnicas de estimação buscam contornar esse problema⁷, conhecido de maneira ampla como viés de endogeneidade⁸. Uma relação potencialmente endógena aparece entre o nível de felicidade e várias características dos indivíduos, sendo talvez o principal desafio empírico da Economia da Felicidade. No entanto, vários pesquisadores adereçam o problema de maneira criativa, com soluções consideradas satisfatórias e resultados bem aceitos – como será visto adiante.

Na próxima seção, discute-se os primeiros resultados nesse texto: a relação entre fatores econômicos e o bem-estar subjetivo (felicidade).

3 FATORES ECONÔMICOS

Naturalmente, as pesquisas em Economia da Felicidade analisam como variáveis econômicas afetam o bem-estar subjetivo dos indivíduos, dando particular atenção à influência da renda e do emprego na felicidade – mas também da desigualdade e da inflação. Os estudos referendam a noção de que “dinheiro traz felicidade”, mas essa influência é limitada e muito menor do que o senso comum acredita. Ainda, a satisfação com a vida não está muito associada ao consumo de bens materiais. Entre as variáveis

⁷ Entre outras, variáveis instrumentais e experimentos naturais.

⁸ Para uma abordagem mais rigorosa da endogeneidade, ver Wooldridge (2002, p. 50).

econômicas, nenhuma tem mais impacto na felicidade do indivíduo do que o desemprego (mesmo quando se controla o nível de renda). O bem-estar individual também diminui em sociedades agredidas pela inflação. Já o impacto da desigualdade de renda na felicidade ainda não é consenso entre os pesquisadores. Esta seção adentra no debate sobre essas descobertas.

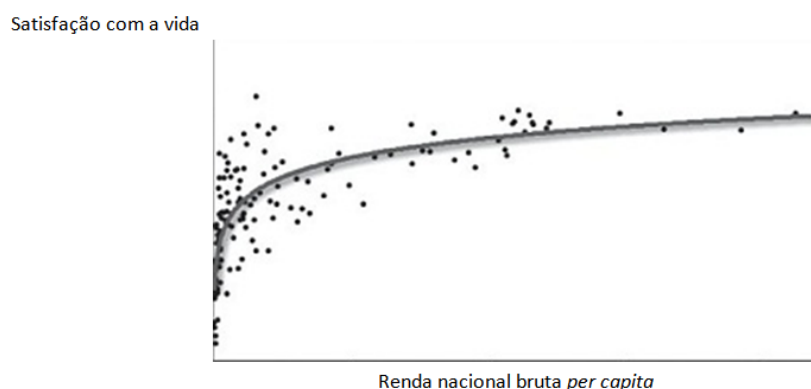
3.1 RENDA

De fato, encontrou-se em vários estudos uma correlação positiva entre renda e felicidade. No entanto, estudos *cross country* não encontraram uma relação tão óbvia entre essas duas variáveis ao comparar renda *per capita* e felicidade em vários países. Mesmo em nível individual, o efeito da renda sobre o nível de bem-estar não é tão grande. Boas soluções foram encontradas para contornar o já citado problema de endogeneidade envolvendo a relação, validando as descobertas das pesquisas. Os estudos demonstram que mais do que a renda *absoluta*, o que importa para a satisfação das pessoas é a renda *relativa*, baseada na comparação com alguns grupos específicos próximos do indivíduo. Verificou-se também que a influência do dinheiro na felicidade é cada vez menor à medida que a renda cresce. Assim, a relação entre renda e felicidade é não linear, com as pesquisas confirmando, por outro lado, que a pobreza é uma importante fonte de infelicidade.

Comparações entre países indicam que a relação entre felicidade e renda média não é tão forte. Frey e Stutzer (2002a, p. 7) resumem o resultado das pesquisas: “A evidência disponível sugere que renda e felicidade são correlacionadas entre as nações, mas que os efeitos são pequenos e decrescentes”. De fato, o nível de bem-estar subjetivo nos países ricos tende a ser maior do que nos países pobres, mas, entre países em um mesmo patamar de renda, a variação nos níveis de felicidade não se correlaciona com a renda, o que ocorreria tanto entre países ricos quanto entre países pobres. Essa relação pode ser bem visualizada na Figura 1, retirada de Borrero *et al* (2013): os autores relacionaram o nível de bem-estar subjetivo e a renda nacional bruta *per capita* para 197 países. No mesmo sentido, Easterlin (1974) observou que, no período pós-Segunda Guerra, o nível de felicidade dos países desenvolvidos se manteve constante ao

longo das décadas, mesmo com o grande crescimento da renda real – fato estilizado que é conhecido na literatura como “Paradoxo de Easterlin”⁹.

Figura 1 – Satisfação com a vida e Renda nacional *bruta per capita*



Fonte: Borrero *et al* (2013)

Também os estudos em Economia da Felicidade que focam na comparação em nível individual encontraram limites para o efeito da renda sobre a felicidade. De fato, as pesquisas mostram que, na média, pessoas com renda maior têm um nível de bem-estar subjetivo também maior¹⁰, resultado considerado por Stutzer e Frey (2010) como geral e robusto. Entretanto, o impacto da renda adicional no nível de felicidade diminui à medida que a renda aumenta. Frey (2008) ressalta que essa descoberta coaduna com a teoria econômica tradicional, que considera decrescente a utilidade marginal da renda. Kahneman e Deaton (2010) estimaram, para os Estados Unidos, que, a partir de uma renda anual de 75 mil dólares, mais dinheiro não aumentava o “bem-estar emocional” das pessoas.

Há uma preocupação nesses estudos em resolver o problema da direção da causalidade entre renda e felicidade, já que uma possibilidade para explicar a correlação entre as variáveis é de que indivíduos mais felizes tendem a possuir características que levam a uma renda maior. Este problema de endogeneidade envolvendo renda e características individuais de difícil mensuração é estudado na economia pelo menos desde Mincer (1958) (até hoje muitos pesquisadores se dedicam a mensurar corretamente o efeito da educação na renda, modelado na chamada “equação minceriana”). Como saber se as pessoas ficam mais felizes porque têm mais renda ou

⁹ Deaton (2007) se contrapõe à maior parte da literatura e percebe efeitos fortes da renda na felicidade.

¹⁰ Ver, entre outros, Clark *et al* (2008). O resultado também foi encontrado para a América Latina, vide Graham e Pettinato (2002ab).

têm mais renda porque são mais felizes? A solução de parte dos estudos em Economia da Felicidade foi analisar o efeito, no nível de bem-estar, de variações na renda não associadas ao trabalho, e, portanto, não associadas a características pessoais dos indivíduos, o que enviesaria a análise. Assim, exemplos de mudança de renda “exógena” usadas incluem o recebimento de heranças e de prêmios de loteria¹¹. Tipicamente, outras variáveis independentes controladas nesses estudos incluem idade, escolaridade, emprego e gênero, entre outras.

A felicidade é mais afetada pela posição relativa da renda do que pela renda absoluta de um indivíduo. Como indica Torgler *et al* (2008), a descoberta é referendada por uma ampla literatura. Isso quer dizer que, mais do que a renda absoluta, é a renda do indivíduo comparada com a de outros indivíduos próximos que tem efeito significativo no nível de bem-estar subjetivo. Clark e Oswald (1996) analisaram empiricamente esse efeito entre grupos no mercado de trabalho, mas a literatura aponta para comparações também entre familiares e pessoas da mesma faixa etária e nível de escolaridade. O economista brasileiro André Lara Resende reflete nessa linha: “não é a riqueza absoluta, mas a riqueza relativa que importa. Não nos basta ser apenas ricos, mas, sim, mais ricos do que nossos pares”¹². No mesmo sentido, Kahneman (2011) explica que a relação entre satisfação e renda depende de “pontos de referência” estabelecidos pelos próprios indivíduos. Para Frey (2008), preocupações posicionais como essa são um aspecto antigo da natureza humana, mas a existência, nos tempos modernos, de mais possibilidades de comparações entre as pessoas acentuaria essas preocupações.

Da psicologia vem um conceito que explica o porquê de ganhos de renda não trazerem sempre ganhos proporcionais em bem-estar. Não apenas os indivíduos se comparam, mas também se “adaptam” a seus níveis de renda. Frederick e Loewenstein (1999, cap. 16) definem “adaptação” como “qualquer ação, processo ou estímulo que reduz os efeitos de um estímulo constante ou repetitivo” e Lyubomirsky (2010, p. 201) define “adaptação hedônica” como “o processo psicológico pelo qual as pessoas se acostumam com um estímulo positivo ou negativo, de forma que os efeitos emocionais do estímulo são atenuados ao longo do tempo”. Assim, mais renda não traria mais felicidade porque as pessoas se acostumariam com a renda maior. Frey e Stutzer (2003) resumem adaptação em bom economês: “A utilidade de bens materiais desaparece”.

¹¹ Ver, entre outros, Gardner e Oswald (2001).

¹² LARA RESENDE, A. Além da conjuntura. *Valor Econômico*, São Paulo, 21 dez. 2012.

Segundo Easterlin (2004), a adaptação é maior para o dinheiro do que para vários eventos da vida, como o casamento, cujo impacto “hedônico” duraria mais. Outras pesquisas sugerem que o efeito da adaptação eliminaria entre 60 e 80% do efeito da renda no bem-estar¹³.

Compreendido o conceito de adaptação, chegamos à “teoria dos níveis de aspiração”¹⁴, que explica de maneira mais ampla a ligação entre renda e felicidade. Frey e Stutzer (2002a, p. 414), explicam que “De acordo com a teoria dos níveis de aspiração, o bem-estar individual é determinado pela distância entre aspiração e realização”. Dessa forma, tanto a noção sobre a renda relativa e o processo de comparação entre os indivíduos quanto à ideia de adaptação hedônica em relação à renda anterior fazem parte de uma teoria mais ampla, a dos níveis de aspiração. Frey (2008) conclui que, juntos, os dois processos fazem os indivíduos buscarem aspirações maiores. Seria esta teoria a explicação para o Paradoxo de Easterlin.

Entretanto, a relação entre renda e felicidade é não linear e a renda tem sim efeitos significativos em níveis menores de renda. Os resultados apresentados acima das pesquisas em Economia da Felicidade poderiam corroborar Platão – “A pobreza resulta do aumento dos desejos do homem, não da diminuição de sua propriedade” –, mas os estudos indicam que a pobreza material é sim fonte de infelicidade, com as aspirações tendo importância maior somente em patamares de renda menos baixos. Para Kahneman (2011, p. 396), “ser pobre torna uma pessoa miserável” e ele ressalta ainda que “a pobreza extrema amplifica os efeitos e de outros infortúnios da vida. Em particular, doenças são muito piores para os muito pobres”. Já Frey (2008, p. 76) afirma que “a noção de que as pessoas em países pobres são mais felizes porque vivem em condições mais ‘naturais’ e menos estressantes é um mito”.

3.2 OUTROS FATORES ECONÔMICOS: DESEMPREGO, INFLAÇÃO E DESIGUALDADE

Com a importância da renda sobre a felicidade relativizada, focamos a atenção para outra variável econômica que tem impacto bastante devastador nos níveis de satisfação individual: o desemprego. Frey (2008) ressalta que a forte influência negativa do desemprego no bem-estar subjetivo é uma das descobertas mais robustas da

¹³ van Herwaarden *et al* (1977) e van Praag e van der Sar (1988).

¹⁴ Ver Irwin (1944).

Economia da Felicidade e que as pessoas nessa condição se tornam “muito infelizes”. Considera-se que o desemprego impõe grandes custos não financeiros aos indivíduos, já que eles se encontram em situação pior do que pessoas empregadas que possuem a mesma renda e menos tempo livre – dois outros fatores que se relacionam positivamente com o nível de felicidade. Clark e Oswald (1994), em pesquisa com cidadãos britânicos, observaram que nada diminui mais o bem-estar individual do que o desemprego, nem mesmo uma situação de divórcio ou separação. A Economia da Felicidade também analisa, à luz dessas descobertas, o antigo *trade off* entre desemprego e inflação.

O que muda na vida de um indivíduo que passa da situação de empregado para a de desempregado? Uma análise objetiva dessa mudança permite ver o porquê da descoberta dos pesquisadores sobre o forte efeito negativo do desemprego na felicidade não ser trivial. Frey (2008) lembra que o custo individual é, a princípio, a perda de renda. Em compensação, esses indivíduos também têm mais tempo livre, que pode ser despendido com mais lazer. Entretanto, os que os estudos indicam é que mesmo quando controlada a mudança de renda, o bem-estar individual é afetado de maneira significativa pelo desemprego. As descobertas vão de encontro à teoria econômica tradicional. Para a influente escola “novo clássica”, o desemprego é uma escolha voluntária do trabalhador, que não reduz sua utilidade – se o mercado de trabalho estiver funcionando bem. Para os “novos keynesianos”, existe perda de utilidade, mas a perda é compensada por benefícios como o seguro-desemprego. As duas visões não são respaldadas pelas pesquisas em Economia da Felicidade.

As pesquisas que investigam a relação entre desemprego e felicidade têm metodologia análoga a do caso da renda. Os estudos estatísticos controlam o efeito de outras variáveis no bem-estar subjetivo. Assim, de maneira simplificada, se dois indivíduos diferem apenas na situação de emprego e possuem fora isso as mesmas características – como escolaridade e renda –, o desempregado terá um nível de bem-estar marcadamente menor. Di Tella *et al* (2001a), com base em dados de vários países e anos, observaram ainda que o seguro-desemprego não diminui este diferencial.

Como antes, também na relação entre desemprego e felicidade existe o desafio de se determinar a direção da causalidade¹⁵. Afinal, pessoas infelizes podem ter uma atuação inferior no mercado de trabalho e essas características indesejáveis poderiam

¹⁵ Ver, entre outros, Winkelmann e Winkelmann (1998) e Marks e Fleming (1999).

levar ao desemprego. Como no caso da renda, “experimentos naturais” foram usados para solucionar esse problema de endogeneidade, isto é, fatos exógenos que levaram a situação de desemprego, que não têm relação com características individuais. Um exemplo é o desemprego causado pelo fechamento de uma fábrica. Outra solução de estudos em psicologia social foi acompanhar, por um período de tempo, as mesmas pessoas, analisando os efeitos da saída e do retorno ao mercado de trabalho¹⁶. Ressalta-se ainda que os estudos focam no âmbito no indivíduo diretamente afetado, não considerando portanto consequências indiretas da elevação da taxa de desemprego, como o aumento da violência ou de tensões sociais.

Segundo Frey, se a queda de bem-estar não é explicada pela mudança de renda nem pela autoseleção de pessoas que já eram infelizes, o desemprego possui custos não financeiros, sendo o principal o “custo psicológico” – a alteração no bem-estar devida ao desemprego também se relacionaria com “normas sociais” de cada cultura. Goldsmith *et al* (1996) encontraram evidência do desemprego como importante causa de problemas de depressão, ansiedade e outros problemas de autoestima.

Os entusiastas da Economia da Felicidade defendem uma nova ótica para a relação entre desemprego e inflação, muito discutida por décadas pelos economistas. Frey critica o “Índice da Miséria”, proposto por Arthur Okun (o economista célebre pela “Lei de Okun”¹⁷), que avaliaria o bem-estar de um país ao somar a taxa de desemprego com a taxa de inflação. Naturalmente, quanto maior o índice, pior seria a situação de um país. Para Frey, fica implícita no Índice da Miséria a noção de que um ponto de desemprego equivaleria a um ponto de inflação, o que seria um equívoco. Di Tella *et al* (2001b) estimam que, em relação ao impacto na felicidade das pessoas de países desenvolvidos, 1 ponto de desemprego equivaleria a 1,7 ponto de inflação, tamanho o efeito do desemprego no bem-estar subjetivo. No entanto, é essencial olhar com cautela o resultado: como veremos a seguir, as pesquisas em Economia da Felicidade encontram efeito negativo da inflação no bem-estar. A discussão sobre este *trade off* para o caso brasileiro será retomada mais adiante.

De acordo com Frey (2008, p. 56), “O estudo da felicidade encontra que a inflação sistemática e marcadamente reduz o bem-estar individual reportado”. Como a experiência brasileira ensina, o autor ressalta que as pessoas precisam despende muitos

¹⁶ Murphy e Athanasou (1999).

¹⁷ A “Lei de Okun” descreve a relação entre a taxa de desemprego e o crescimento do PIB.

esforços em se informar sobre a alta de preços esperada, e também em se isolar dela. Do histórico brasileiro com a inflação também sabemos que a renda real dos mais pobres é a que mais é corroída – vimos que a pobreza extrema é um determinante importante da infelicidade dos indivíduos. Di Tella *et al* (2001b), no entanto, consideram o efeito da inflação na felicidade “substancial, mas não tão grande”. Frey (2008) afirma que, segundo os economistas, seria perigosa apenas uma inflação rampante, mas uma inflação de até 5% (“baixa”) não causaria maiores problemas.

Ao contrário das pesquisas sobre o efeito da renda, do desemprego e da inflação na felicidade, as pesquisas sobre o efeito da desigualdade não convergem, observando impactos diferentes de acordo com o país pesquisado. Alesina *et al* (2004) argumentam que a desigualdade diminui o nível de felicidade dos europeus, mas não dos americanos. Segundo os autores, a diferença seria explicada por percepções diferentes em relação às possibilidades de ascensão social: os americanos as considerariam altas, enquanto para os europeus as chances de mobilidade social “para cima” seriam baixas.

Em outro estudo, Alesina e La Ferrara (2005) ressaltam que em muitos países, a sociedade demanda do governo políticas de redistribuição de renda, demanda que depende das convicções acerca da origem da desigualdade. Outros autores, como Fong (2001), compartilham dessa visão de que a conduta das pessoas em relação à redistribuição depende de como a desigualdade se originou. Nas próximas páginas, este assunto é retomado em uma breve discussão sobre a realidade do Brasil.

Para Frey e Stutzer (2002b), as pessoas ricas acabam impondo uma “externalidade” negativa sobre as pessoas mais pobres. De modo simplificado, pode-se definir uma externalidade como sendo um efeito da atividade de um agente econômico sobre outro, sem que o afetado possa decidir a respeito desse efeito. No mesmo sentido, o economista brasileiro Eduardo Giannetti considera que “a desigualdade exacerba o poder do dinheiro (...) quem não o tem acaba supervalorizando-o”¹⁸. Vale ressaltar que os estudos sobre desigualdade citados no parágrafo anterior tratam do efeito da desigualdade de renda em toda a sociedade e não da comparação do indivíduo com pessoas próximas a ele – esta comparação, como vimos, tem influência significativa no bem-estar individual segundo as pesquisas.

¹⁸ GIANNETTI DA FONSECA, E. O Preço da Felicidade. [27 de novembro, 2006]. São Paulo: *Revista da Folha*. Entrevista concedida a Sandra Balbi. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2006/maisdinheiro2/rf2711200608.shtml>. Acesso em: 17/07/2014.

3.3 CONSUMO

A Economia da Felicidade também analisa o papel do consumo da satisfação das pessoas. Como lembra Frey (2008), o dinheiro é valorizado pelo *status* que gera, mas principalmente porque permite a aquisição de mais bens materiais e serviços. No entanto, vários conceitos da psicologia desafiam a ideia de que mais consumo gera mais bem-estar.

Para o psicólogo agraciado com o Prêmio Nobel de Economia Daniel Kahneman, o conceito de “ilusão de foco” (*focusing illusion*) é um conceito científico tão importante que deveria ser amplamente popularizado¹⁹. Também conhecido como “focalismo” (*focalism*), se refere a um viés cognitivo que ocorre quando muita atenção é dada a um único aspecto de uma situação, gerando uma previsão errada sobre o bem-estar futuro²⁰. Na presente discussão, este aspecto seria o consumo de um bem material e a situação, de maneira ampla, a satisfação de um indivíduo com a sua vida. Para Kahneman, a publicidade se baseia na ilusão de foco, de modo que os agentes erram ao imaginar o impacto que um produto terá na sua qualidade de vida – a ilusão de foco varia de acordo com o grau de atenção que os bens de fato recebem no dia a dia. A ilusão de foco seria uma das causas do que Wilson e Gilbert (2003) chamam de “erro de previsão afetiva” (*affective forecasting error*), que ocorre quando os indivíduos erram ao imaginar o seu futuro estado emocional, e que pode ter como consequência más escolhas ou decisões (*miswanting* no termo criado por Wilson e Gilbert). Tais conceitos explicariam porque o consumo de vários bens materiais não eleva os níveis de felicidade²¹.

Nesse sentido, André Lara Resende critica a ênfase dada a esse consumo: “Já não faz mais sentido associar desenvolvimento exclusivamente ao crescimento e ao aumento do consumo material”²². O economista considera que, ultrapassado um

¹⁹ KAHNEMAN, D. 2011: What scientific concept would improve everybody’s cognitive toolkit? *Edge*. Disponível em: <http://edge.org/responses/what-scientific-concept-would-improve-everybodys-cognitive-toolkit>. Acesso em: 21/07/2014.

²⁰ Vass (2012).

²¹ Outros conceitos relacionados apresentados por Kahneman (2011) são os de “negligência com a duração” (*duration neglect*) e “regra do pico-fim” (*peak-end rule*), que explicariam o pequeno efeito do consumo pelo relativamente pouco tempo gasto com os bens adquiridos.

²² LARA RESENDE, A. ‘É preciso crescer com qualidade de vida’, diz Lara Resende. [8 de março, 2014]. São Paulo: *O Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.e-preciso-crescer-com-qualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e>. Acesso em: 21/07/2014

determinado nível de renda, “a qualidade de vida não está mais necessariamente associada ao consumo material”. Para ele, as políticas públicas devem ser revistas para que se alcance o bem-estar. Esta revisão não implica na escolha por menos crescimento, mas por “mudança na composição do produto, um aumento do peso dos serviços – mais entretenimento, mais esporte, mais educação, mais saúde, mais música”, concluindo que as indústrias do setor de serviços que liderarão o crescimento no futuro²³. Ainda neste texto, a discussão sobre os fatores não econômicos que influenciam os níveis de bem-estar subjetivo será apresentada adiante.

3.4 O RESULTADO DAS PESQUISAS E A REALIDADE BRASILEIRA

Boa parte das pesquisas citadas até agora se utilizam de dados amostrais de países desenvolvidos, de modo que é oportuno discutir as aplicações desses estudos ao caso brasileiro. Como os resultados das pesquisas se relacionam com os indicadores brasileiros de renda, desemprego, inflação e com a realidade da desigualdade e do consumo?

Voltando à discussão sobre o efeito da renda na felicidade, Frey (2008, p. vi) conclui que o “o objetivo de aumentar a renda não é uma maneira efetiva de aumentar a utilidade (satisfação) de uma maneira sustentável”. Provavelmente na análise do caso do Brasil tal conclusão não pode ser simplesmente “importada”. Dados atualizados em meados de 2014 colocam o país respectivamente apenas nas 75^a e 79^a posições dos rankings do Banco Mundial e do FMI de renda *per capita*²⁴, atrás de Gabão, Botswana, Azerbaijão, Cazaquistão, Iraque, Suriname e Palau.

Boa parte da população do país possivelmente ainda se encontra em um nível de renda em que mais dinheiro de fato significa mais bem-estar. Segundo publicação do IPEA em 2013, o Brasil ainda tinha em 2012 entre dez e quinze milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sendo que, destas, cerca de seis milhões eram consideradas extremamente pobres²⁵. De fato, em outra publicação, o IPEA, usando dados próprios, conclui que “a renda familiar é um determinante da felicidade

²³ LARA RESENDE, A. Obra citada, p. 12.

²⁴ Critério de paridade do poder de compra. Ver *World Development Indicators Database* (disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>) e *World Economic Outlook Database* (disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx>).

²⁵ *Comunicado do IPEA nº 159 – Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*.

brasileira”²⁶ – relação que também foi encontrada por Corbi e Menezes-Filho (2006). Poder preterir medidas que busquem o crescimento da renda e focar somente em outras iniciativas que visem o bem-estar deve ser atualmente privilégio para apenas poucos municípios brasileiros que possuam patamares mais elevados de renda. Para Armínio Fraga (2014), “o crescimento não é tudo, mas um país como o nosso precisa crescer para melhorar o padrão de vida das pessoas”, em resposta a um questionamento sobre se os países deveriam focar mais em qualidade de vida do que em crescimento²⁷.

Em relação às descobertas da Economia da Felicidade sobre o desemprego, é preciso cautela. O fato de o desemprego “pesar” mais do que a inflação no bem-estar coletivo periga ser usado para justificar políticas populistas de estímulo à demanda, que sejam insustentáveis e deletérias no longo prazo. Ademais, é preciso sempre lembrar que a convivência com níveis mais altos de inflação pode levar à perda de controle e a um espiral inflacionário, tendência que não existe na taxa de desemprego e que não é levada em conta na relação estimada apresentada anteriormente. No caso brasileiro, atualmente a taxa de desemprego tem sucessivamente alcançado mínimos históricos, enquanto a taxa de inflação tem sucessivamente estado acima do centro da meta e ameaçado furar o seu teto²⁸. O estado atual desses indicadores sugere que a descoberta das pesquisas em Economia da Felicidade a respeito da predominância do desemprego sobre a inflação nos níveis de “infelicidade” não legitimam uma mudança nos objetivos da política econômica do país que vise um desemprego menor e aceite uma inflação maior.

No que tange ao desemprego, a atenção pode se voltar para o perfil da desocupação (sendo, por exemplo, o desemprego de longa duração menos aceitável do que o desemprego de busca, friccional) e para o desenho de políticas como o seguro-desemprego (que deve ajudar na transição para a reinserção no mercado de trabalho, em vez de ser parte do caminho para o desalento). Em respeito à inflação, as taxas que vêm sendo atingidas (IPCA acima de 6,5% em junho de 2014, no acumulado de 12 meses) não são consideradas “baixas”, como visto anteriormente, pelos próprios pesquisadores

²⁶ Página 20 do *Comunicado do IPEA nº 158 – 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?*. Cabe ressaltar, entretanto, que a metodologia deste estudo é menos elaborada do que os estudos internacionais.

²⁷ FRAGA, A. *Confiança e Competição*. [23 de agosto, 2014]. São Paulo: VEJA. Entrevista concedida a Joice Hasselmann.

²⁸ O *trade off* entre inflação e desemprego é fonte de muito debate na literatura: entrar no mérito deste debate não faz parte do propósito deste texto.

da Economia da Felicidade que prescrevem maior sensibilidade à taxa de desemprego do que à de inflação.

O efeito da desigualdade de renda na felicidade do brasileiro não foi estudado, mas, em consonância com o que foi previamente apresentado sobre demanda por redistribuição em outros países, a noção de que existe no Brasil uma fortíssima demanda por redistribuição, que afeta o funcionamento de nossa economia, é cada vez mais discutida. Giambiagi (2013) afirma que a desigualdade é vista “unanimemente” como um elemento negativo da imagem nacional. Pessoa (2011) considera que a forte desigualdade de renda eleva a demanda por transferências governamentais – parte importante do “contrato social da redemocratização”, enquanto Alston *et al* (2012) avaliam que a desigualdade contribuiu para gerar uma “convicção de inclusão social” que também integra o contrato social do país pós-1985²⁹. Para eles – em sintonia com a literatura que relaciona a demanda por redistribuição com a origem da desigualdade –, essa convicção surgiu da opressão ditatorial antes de 1985 e da “herança” da história do Brasil de desigualdades e injustiças.

Trazendo a discussão sobre o consumo para a realidade brasileira, é pertinente a apresentação de alguns dados. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, quase a totalidade dos domicílios brasileiros possuem fogão, TV e geladeira (respectivamente, 98,7%, 97,2% e 96,7%). Por outro lado, apenas 40,3% possui computador com acesso à Internet, mas o número vem crescendo rapidamente. Já estaríamos em um nível de desenvolvimento em que poderíamos negligenciar o crescimento do consumo de bens materiais?

Para Lara Resende, o Brasil, em parte pelo “estágio” em que se encontra, poderia sair à frente de um novo desenvolvimento, “mais baseado na educação, na saúde, no entretenimento, no esporte e na cultura, do que no consumo material”³⁰. Ele ressalta que a crítica ao consumo material rende acusações de “pretender negar o acesso dos mais pobres ao consumo”, mas justifica que “apesar do extraordinário crescimento do consumo material, a pobreza persiste e a desigualdade até se agravou nas últimas décadas, tanto nas economias emergentes quanto nos países desenvolvidos”. A discussão é certamente controversa, mas a prescrição de Lara Resende de maior

²⁹ Para óticas diferentes, de trabalhos que também privilegiam a relação entre desigualdade e crescimento do país, ver Lisboa e Latif (2013) e Mendes (2014).

³⁰ LARA RESENDE, A. Obra citada, p. 12.

ênfase em determinados setores de serviços encontra respaldo nas pesquisas em Economia da Felicidade, que, como veremos adiante, observa a influência de muitas variáveis não econômicas no nível de bem-estar individual subjetivo.

Portanto, a análise conjunta dos resultados das pesquisas e da realidade brasileira indica que, por ora, a Economia da Felicidade tem pouco a acrescentar ao debate de política econômica do país. Neste debate, as principais forças políticas concordam que a renda ainda deve crescer, a desigualdade diminuir e que o atual nível da inflação é desconfortável. Talvez as maiores contribuições da Economia da Felicidade para o caso brasileiro seja em outras políticas públicas e desenhos institucionais – essas contribuições são apresentadas a seguir.

4 FATORES NÃO ECONÔMICOS

A Economia da Felicidade estuda também, além dos fatores econômicos, a influência de fatores não econômicos no nível de satisfação das pessoas. Nesta seção, destaca-se o efeito, sobre a felicidade, de boas instituições, de uma mobilidade urbana eficiente, de um desenho urbano que privilegie a convivência, e da boa saúde física, entre outros. Ainda no âmbito das políticas públicas, apresenta-se como as pesquisas podem contribuir para a avaliação delas.

4.1 INSTITUIÇÕES

De maneira ampla, instituições são entendidas como os mecanismos que moldam o comportamento dos indivíduos – ou “as regras do jogo”. Assim, em ciências sociais, o termo “instituições” tem uma acepção particular e não deve ser confundido, por exemplo, com órgãos públicos. Muitos pesquisadores descobriram efeitos importantes de boas instituições no bem-estar subjetivo.

Frey (2008, p. 64) conclui que as “instituições democráticas aumentam o bem-estar das pessoas consideravelmente”. Uma parte importante deste efeito se daria na “utilidade processual” (*procedural utility*), conceito muito difundido na Economia da Felicidade que explicaria o efeito desse e também de outros fatores na satisfação individual. De maneira diversa da utilidade concebida na teoria econômica tradicional, em que predomina a importância de resultados (objetivos), a utilidade processual contempla a satisfação que decorre das situações que levam a um resultado, e não apenas a que decorre do resultado. No caso da democracia, por exemplo, existiriam

ganhos porque o processo democrático traria como resultado decisões mais próximas das preferências das pessoas (utilidade “tradicional”) e também porque os cidadãos apreciam participar do processo (utilidade processual).

A democracia interfere positivamente no bem-estar, mas o impacto de outras instituições também foi estudado. Dorn *et al* (2007) compararam os níveis de felicidade em 28 países e concluíram que a extensão das instituições democráticas explica parte da diferença nesses níveis. Segundo Helliwell e Huang (2007), essas diferenças nos níveis de bem-estar também são explicadas pela qualidade dos governos: por trás das diferenças estariam honestidade, eficiência, ausência de corrupção e a existência de um Estado de Direito (*rule of law*). Analisando países europeus, Hudson (2006) observou que a felicidade aumenta com a confiança em organismos como a União Europeia e o Banco Central Europeu, além da confiança no próprio governo de cada país.

Em outro estudo, Frey e Stutzer (2000) estimaram efeitos consideráveis de maiores mecanismos de participação direta dos cidadãos na democracia sobre o bem-estar subjetivo individual – eles concluem ainda que é o direito de participar que na realidade afeta a felicidade, e não a participação de fato. Para diagnosticar corretamente a direção da causalidade, os autores se valeram da autonomia que os cantões suíços possuem para determinar o grau de participação direta de seus cidadãos nas decisões políticas. Assim, a conclusão foi baseada na observação de que aqueles que migram de um cantão onde o direito de participação é menor para um cantão onde o direito de participação é maior reportam maior nível de bem-estar, controladas outras variáveis.

Para além do caso das instituições agora tratado, Frey considera o conceito de utilidade processual de grande importância para políticas públicas. Ele ressalta sua importância argumentando que a felicidade dificilmente é atingida diretamente, sendo ela “mais um produto de uma “vida boa”³¹, o que significa que processos importam e não apenas o resultado” (p. 5). Para ele, o prêmio Nobel Amartya Sen seria o economista mais proeminente a fazer ressalvas aos modelos de escolha da teoria econômica, em que tipicamente maximiza-se uma função objetivo. Sen (1995, p. 18) argumenta que a visão processual deve ser conjugada com a visão tradicional (“consequencialista”), sendo essa combinação “especialmente importante em adaptar

³¹ Na psicologia positiva, “a vida boa” (*the good life*), também conhecida pela palavra grega *eudaimonia*, se refere à “qualidade de vida alcançada ao se desenvolver e realizar o potencial de uma pessoa” (Frey (2008), p. 5)

liberdades e direitos em julgamentos sociais, assim como nos mecanismos de decisão social”. Para ele, a violação de “direitos e liberdades básicas tende a ser ignorada na economia do bem-estar tradicional e utilitária” (Sen (1995, p. 13)).

A utilidade processual está muito relacionada com a teoria da autodeterminação, difundida pelos estudos dos psicólogos Edward Deci e Richard Ryan. Segundo a teoria, visando o bem-estar, três necessidades psicológicas têm de ser satisfeitas: as necessidades por autonomia, pertencimento e competência. A primeira se refere à valorização de possuir controle sobre as próprias vidas; a segunda está ligada à vontade de interagir com outros e de fazer parte de um grupo social; e a última é a necessidade que os indivíduos têm de se sentir capazes. Dessa forma, “instituições têm um efeito direto no bem-estar dos indivíduos ao adereçar necessidades inatas de autonomia, pertencimento e competência” (Frey (2008, p. 111)). Para Frey, como exemplo, uma constituição que garanta liberdades, como a de expressão, contribuiu para elevar a autoestima dos cidadãos.

No caso da participação democrática, ainda segundo Frey, a utilidade processual auferida pelos cidadãos derivaria dos sentimentos de envolvimento, de influência política, de inclusão, de identidade e de autodeterminação – o bem-estar duraria e seria afetado para além do período eleitoral. Sem o sentimento de participação, o resultado seria alienação e apatia. É inevitável não lembrar do caso específico do Brasil, já que muitas das propostas feitas no âmbito do debate sobre a reforma política visam justamente aproximar os eleitos dos eleitores, como as propostas de implantação do voto distrital para a eleição de vereadores e deputados e de alteração das regras de suplência para a eleição de senadores.

A discussão sobre utilidade processual e democracia também ajuda a explicar a questão trazida pelo economista Steven Levitt, conhecido pelo livro *Freakonomics*, sobre o porquê de as pessoas votarem³². Se votar custa tempo, esforço e a probabilidade de um determinado voto alterar o resultado das eleições é muito próxima de zero, os indivíduos racionais concebidos na teoria econômica tradicional simplesmente se absteriam de votar. O fato deste e outros processos democráticos levarem a ganhos de utilidade processual explicaria o “enigma”.

³² DUBNER, S; LEVITT, S. Why Vote? *The New York Times Magazine*, Nova York, 6 nov. 2005.

A ligação entre instituições, bem-estar e a autodeterminação pode ser ainda mais profunda. Para Frey (2008), as instituições fornecem os incentivos para as interações cotidianas dos cidadãos, e as pessoas avaliam ações não apenas pelos seus resultados, mas também pela forma como foram tratadas. No âmbito da atuação estatal, isso implica que o contato direto entre servidores e cidadãos possivelmente deveria ser alvo de mais atenção. Frey dá como exemplo um maior grau de humanização na relação médico-paciente, mas o exemplo provavelmente se aplica a uma ampla gama de relações entre servidores e cidadãos. Para o caso brasileiro, chama a atenção também à percepção sobre violência policial, exemplificada em pesquisa divulgada em maio de 2014 pela Anistia Internacional, que revelou que 80% dos brasileiros acreditavam na possibilidade de serem torturados caso fossem detidos, maior taxa entre todos os países pesquisados³³.

Também indiretamente as instituições afetariam o bem-estar da forma preconizada pela teoria da autodeterminação. Novamente segundo Frey (2008, p. 112), mesmo a maneira com que a autoridade é exercida na administração pública ou no Judiciário afeta as necessidades inatas de autodeterminação, pelas informações que os processos transmitem em relação “à confiabilidade das autoridades, ao grau de dignidade com que os indivíduos sentem que estão sendo tratados e ao quanto de “voz” é dada aos indivíduos”. Outra pesquisa recente ilustra a realidade brasileira nesse sentido: segundo dados divulgados pelo Datafolha em junho de 2014, entre as quatro instituições consideradas menos confiáveis pelos brasileiros figuram a Presidência da República, o Congresso Nacional e os partidos políticos³⁴.

Ademais, para Frey (2008, p. 177), “duas instituições básicas que afetam a felicidade significativamente são a democracia direta e federalismo”. Formas de participação mais direta dos cidadãos no processo político são sugeridas por vários trabalhos, mas a literatura reconhece a possibilidade de limitar a participação em caso de temas sensíveis ou complexos. No caso do Brasil, uma boa oportunidade de discutir a possibilidade de maior participação política foi recentemente desperdiçada, quando o debate sobre a Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243, de 2014) –

³³ *Attitudes to Torture: Stop Torture Global Survey*. Disponível em: <http://www.amnesty.ie/stoptorture/campaign/global-survey-attitudes-torture-2014>

³⁴ Datafolha: Partidos políticos e o Congresso Nacional são as instituições menos confiáveis. *O Globo*, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-partidos-politicos-o-congresso-nacional-sao-as-instituicoes-menos-confiaveis-13332916> Acesso em: 29/07/2014.

instituída após os protestos de junho de 2013 – se transformou em um embate polarizado e pouca ênfase foi dada na discussão para a essência da proposta. No caso do federalismo, os ganhos adviriam do fato de a tomada de decisão ser feita mais próxima de onde há as informações relevantes a respeito das preferências dos cidadãos e mais próxima de seu controle. Entretanto, por conta de dificuldades metodológicas, os estudos se concentram nos Estados Unidos e na Suíça, onde os diferentes graus de autonomia das regiões permitem comparações válidas: existe dúvida se a conclusão se aplica a outros países.

4.2 MOBILIDADE URBANA

O estudo da felicidade mostra também que existe uma forte relação negativa entre o tempo gasto no percurso casa-trabalho e os níveis de felicidade. O resultado é observado mesmo quando são controladas outras variáveis, como a renda. É importante ressaltar que, conforme a metodologia das pesquisas apresentada anteriormente, não são os próprios indivíduos que alegam estarem mais infelizes por conta do tempo perdido no trajeto, mas sim os pesquisadores que constataam a relação.

Stutzer e Frey (2007a), ao observarem a relação, a definiram como “O paradoxo do deslocamento casa-trabalho” (*The commuting paradox*)³⁵. Eles argumentam que, apesar de para a maioria das pessoas tal deslocamento ser um fardo mental e físico, na teoria econômica o tempo gasto com o percurso seria apenas mais uma decisão racional tomada pelos indivíduos. De acordo com o prescrito pela Economia Regional e pela Economia Urbana, não deveria haver desutilidade em morar longe do trabalho, já que, em contrapartida, haveria ganhos de utilidade, por meio de um custo de vida menor (imóvel residencial mais barato) ou de um emprego com remuneração maior (em linha com o que o conceito da Economia do Trabalho de diferenciais compensatórios).

Entretanto, a observação empírica foi de encontro com a teoria, e, mantidas outras variáveis constantes, o nível de bem-estar individual é negativamente afetado pelo tempo gasto com a viagem – verificando-se o paradoxo. Para os autores, uma possível explicação para o paradoxo seria que os indivíduos, ao decidir onde morar e

³⁵ O verbo inglês “*to commute*” se refere não apenas ao trajeto de casa até o trabalho, mas também a um local de estudo. Por simplificação, adota-se aqui o termo “casa-trabalho”.

trabalhar, erram ao prever o grau de adaptação futuro em relação ao tempo do trajeto, e acabam não se acostumando com um tempo maior³⁶.

Outro estudo que analisou os determinantes do bem-estar subjetivo e encontrou efeitos negativos do tempo de deslocamento casa-trabalho foi o de Kahneman *et al* (2004). Para uma amostra de cerca de mil mulheres, o período gasto no trajeto matinal casa-trabalho foi o mais associado com emoções negativas, a frente até mesmo do período no próprio trabalho e do período gasto com tarefas domésticas³⁷.

As perdas de bem-estar ocorreriam porque, além de estar associado a um maior custo financeiro, um tempo maior no deslocamento casa-trabalho implica em menor tempo de lazer. Como ressalta Frey (2008), a Economia da Felicidade coloca grande ênfase no tempo alocado ao lazer para o bem-estar individual. Nesse sentido, André Lara Resende (2014), considera que a melhora do transporte público seria a primeira medida para melhora da qualidade de vida. Para ele, “reduzir o tempo de deslocamento e o estresse do trânsito, aumentar o tempo com a família e os amigos, significa um ganho inequívoco de qualidade de vida.” Além de maior eficiência da mobilidade urbana, outra proposta popular visando dar mais tempo de lazer para o trabalhador é a redução da jornada de trabalho, que tem apoio dentro e fora do Brasil³⁸. Entretanto, a redução da jornada, ao contrário da melhoria no transporte urbano, suscita controvérsia por impactos negativos que traria à economia.

Os efeitos negativos do deslocamento casa-trabalho não se limitam, porém, apenas aos aspectos financeiro e de lazer. Revisando a literatura sobre os efeitos do deslocamento, Koslowsky *et al* (1995) associam um maior tempo no trajeto casa-trabalho a problemas de pressão sanguínea, angina, dores crônicas (transtornos musculoesqueléticos), ansiedade e raiva, além de problemas cognitivos.

³⁶ Uma explicação dentro da teoria econômica para o paradoxo passa pela existência de “custos de transação” e fricções no mercado imobiliário e de trabalho. Isto é, a impossibilidade de se mudar rapidamente de residência ou emprego impediria que os agentes fossem compensados totalmente.

³⁷ O trabalho se valeu do método de reconstrução do dia (*DRM*) e do índice-U (*U-index*).

³⁸ Tramita no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição nº 231, de 1995, de autoria dos atualmente Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, aprovada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 2009. Para o economista Marcio Pochmann, presidente do IPEA no Governo Lula, a jornada poderia ser reduzida para apenas 12 horas semanais (Ver, entre outras, http://www.conjur.com.br/2008-abr-30/pochmann_insiste_jornada_12_horas_semanais). Mais recentemente, a redução da jornada também tem sido sugerida por grandes empresários internacionais, como Carlos Slim e Larry Page (Ver, entre outras, <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488634-bilionario-carlos-slim-recomenda-semana-com-tres-dias-de-trabalho.shtml>)

Nesse sentido, a realidade da mobilidade urbana no Brasil chama a atenção. O trabalho dos pesquisadores Rafael Pereira, do IPEA, e Tim Schwanen, da Universidade de Oxford, com base em dados da PNAD, aponta que o tempo médio do deslocamento casa-trabalho nas nove maiores regiões metropolitanas brasileiras era de 38 minutos em 2009. Comparando o tempo das regiões metropolitanas brasileiras com o de regiões metropolitanas de outros países, os autores concluem que “o tempo de viagem tende a ser relativamente mais alto nas áreas urbanas brasileiras, levando em consideração o tamanho populacional” (Pereira e Schwanen (2013), p. 13)). Entretanto, o tempo de deslocamento difere muito entre pobres e ricos. Em São Paulo, no decil mais pobre dos trabalhadores, mais de 25% gastam mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho, enquanto no Distrito Federal apenas 2% do decil mais rico despende mais de uma hora no trajeto. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) divulgada em 2014, um terço dos brasileiros estaria disposto a comprar tempo se ele estivesse à venda e os homens, em média, estariam dispostos a pagar R\$ 85 por uma hora adicional de tempo livre, o que corresponde a mais de 10% do salário mínimo nacional³⁹.

As pesquisas sobre felicidade indicam ainda que não apenas o tempo de deslocamento influencia o bem-estar, mas também as condições do deslocamento. De acordo com Koslowsky *et al* (1995), entre as condições que causam reações físicas e emoções negativas estão o desconforto com a temperatura, a existência de multidões, barulho e poluição. Todas são características notórias do transporte público nas grandes cidades do país.

Para Kahneman (2011, p. 395), as descobertas sobre o efeito do deslocamento casa-trabalho no bem-estar têm implicações para a sociedade e ele defende que “um transporte melhor para a força de trabalho” está entre as maneiras relativamente eficientes de elevar o bem-estar da população. Naturalmente, os impactos sobre a felicidade não são o único motivo para se adereçar com maior ênfase a questão da mobilidade no Brasil. Entre outras razões está a baixa produtividade do país,

³⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Jogo do tempo. Disponível em: http://www.e-survey.com.br/comunicacao/jogo_do_tempo_v/images/ibope_tempo.pdf. Acesso em: 06/08/2014.

considerada atualmente por muitos economistas o principal problema da economia brasileira⁴⁰.

4.3 DESENHO URBANO

A inserção em comunidades é um dos principais fatores relacionados à felicidade para a Psicologia Positiva – ramo da psicologia que, em vez de focar em patologias, estuda, entre outras coisas, o bem-estar⁴¹. Para Frey (2008, p. 154), existe na Psicologia Positiva um “reconhecimento de que as pessoas e experiências integram um contexto social. Comunidades positivas como a igreja ou a família são consideradas fatores importantes para alcançar a felicidade.” Assim, um desenho urbano que privilegie a convivência e dê espaço a essas comunidades contribuiria positivamente para o bem-estar individual.

No estudo de Helliwell e Barrington-Leigh (2010), o sentimento de pertencimento a uma comunidade foi considerado um dos principais fatores por trás do bem-estar subjetivo. Para Helliwell, espaços públicos que permitam a convivência agradável geram cidadãos mais felizes⁴².

Para Carter e Gilovich (2010), “aquisições de experiências” tendem a deixar os indivíduos mais felizes do que aquisições materiais. Ao comentar sobre resultado de sua pesquisa, os autores concluem que fortes conexões sociais, como as decorrentes de organizações recreativas e cívicas são “essenciais” para o bem-estar psicológico. Para Gilovich, o resultado sugere que as políticas públicas devem permitir que os cidadãos tenham essas experiências e opina que as comunidades devem ter “parques, trilhas e assim por diante, que promovam experiências que produzam satisfação real”.⁴³

Algumas grandes cidades já abraçaram essa noção e tomaram iniciativas pioneiras em integrar as descobertas do estudo da felicidade ao planejamento urbano. Melhorar o bem-estar “físico, espiritual, social e mental” das comunidades é o objetivo

⁴⁰ Entre outros, Giambiagi e Schwartzman (2014) consideram que a elevação da produtividade deveria se tornar uma “obsessão nacional”.

⁴¹ Ver, entre outros, Seligman e Csikszentmihalyi (2000).

⁴² Bogota’s Urban Happiness Movement [25 de junho, 2007]. Toronto: *The Globe and Mail*. Entrevista concedida a Charles Montgomery. Disponível em: <http://www.theglobeandmail.com/life/bogotas-urban-happiness-movement/article1087786/?page=all> . Acesso em: 06/08/2014.

⁴³ GILOVICH, T. Glee from Buying Objects Wanes, While Joy of Buying Experiences Keeps Growing. [31 de março, 2010]. Ithaca: *Cornell Chronicle*. Entrevista concedida a George Lowery. Disponível em: <http://www.news.cornell.edu/stories/2010/03/study-shows-experiences-are-better-possessions>. Acesso em: 06/08/2014.

do *Healing Cities Institute*, ligado à cidade de Vancouver, no Canadá, considerada repetidamente a melhor cidade das Américas e uma das melhores do mundo para se viver pelo ranking internacional da consultoria Mercer⁴⁴. A ligação entre Economia da Felicidade e o desenho urbano também foi vista nas políticas do economista Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá, quando enfatizou a recuperação de espaços públicos e priorizou a mobilidade urbana: “Você precisa realizar seu potencial como ser humano. Você precisa caminhar. (...) desenhar uma cidade pode ser um meio muito poderoso de gerar felicidade.”⁴⁵

Na principal experiência de planejamento urbano no Brasil – a do Plano Piloto de Brasília –, as áreas residenciais foram desenhadas de acordo com o conceito de “unidades de vizinhança”, e grandes áreas foram destinadas exclusivamente a ocupação de organizações como templos religiosos, associações e clubes. Se o modelo foi bem sucedido ou não é razão de controvérsia, mas Brasília parece revelar um precedente compatível com as prescrições da Economia da Felicidade para o desenho urbano e a sua experiência pode contribuir para o debate sobre a aplicabilidade das prescrições para o Brasil.

4.4 SAÚDE

Um importante aspecto ligado à felicidade e que é diretamente afetado por políticas públicas é o estado de saúde de um indivíduo. Alguns pesquisadores defendem que, por conta da adaptação hedônica, algumas condições de saúde não influenciam tanto os níveis de bem-estar, que seria mais afetado por condições que retêm de forma quase permanente a atenção do doente – mas essa visão é contestada por outros pesquisadores. No entanto, todos concordam que pelo menos alguns estados de saúde têm forte efeito permanente sobre a satisfação com a vida. Ainda, muitos pesquisadores apontam a relevância da saúde mental para o bem-estar individual.

Kahneman (2011) reconhece a importância da “saúde física”, mas considera que a adaptação existe para vários problemas de saúde, como a deficiência física causada por um acidente. Os principais problemas que afetariam os níveis de felicidade seriam aqueles em que não se pode deslocar a atenção do indivíduo, como dores crônicas e depressões severas – condições em que a adaptação não seria possível.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.imercer.com/products/2014/quality-of-living.aspx>. Acesso em: 07/8/2014.

⁴⁵ Bogota's Urban Happiness Movement. Obra citada, p. 28.

Easterlin (2003), ao analisar da maneira minuciosa dados de *surveys* sobre satisfação com a vida, também enfatiza o papel de doenças crônicas, e igualmente de doenças que deterioram o estado de saúde progressivamente. Ele não concorda, porém, com a visão dominante sobre a adaptação e doenças: “Não há adaptação hedônica completa para mudanças adversas na saúde.” (Easterlin (2003), p. 9).

O *The World Happiness Report 2013*, relatório publicado pelo *The Earth Institute* e pela ONU, como Kahneman, também enfatiza a saúde mental (p. 5): “a doença mental é a principal causa individual de infelicidade, mas é amplamente ignorada pelos formuladores de políticas públicas”. Ainda segundo a publicação, 10% da população mundial sofreriam de depressão clínica ou transtornos de ansiedade incapacitantes, sendo essas as principais de causas de invalidez e absenteísmo, o que traria não apenas custos econômicos diretos para a sociedade, mas pesados custos pessoais para os afetados. Argumenta-se que tratamentos com boa relação custo-efetivo existem, mas são pouco usados mesmo em países desenvolvidos.

Outras sugestões feitas pelos pesquisadores na publicação são a de que os ambientes de trabalho e escolas sejam mais atentos para a questão de saúde mental, que os gastos com saúde sejam reorientados para levar mais em conta os fatores que incidem sobre o bem-estar e também que esses gastos priorizem a prevenção – já que a recuperação de problemas de saúde mental pode ser lenta e incompleta.

A situação da saúde no Brasil é bastante conhecida da população e da classe política. Neste caso, o estudo da felicidade reforça a necessidade de soluções duradouras para os nossos vários problemas na área.

4.5 OUTROS FATORES

O estudo da felicidade encontrou ainda a influência de outros fatores não econômicos no nível de bem-estar subjetivo. Eles são listados resumidamente abaixo:

- **Insegurança:**

Luechinger *et al* (2007), entre outros trabalhos, observaram grandes efeitos negativos no nível de felicidade causados pela insegurança, com foco no terrorismo. A consequência no bem-estar subjetivo do terrorismo foi muito mais estudada do que o da violência urbana, mas é provável que a sensação de insegurança decorrente de crimes violentos, de incidência elevada no Brasil, também tenha fortes efeitos nos níveis de bem-estar.

- Voluntariado:

As pesquisas apontam que o trabalho voluntário têm fortes efeitos positivos na satisfação com a vida. Para resolver o problema relacionado à direção da causalidade (voluntários são mais felizes ou pessoas mais felizes tornam-se voluntárias?), Meier e Stutzer (2008) usaram como “experimento natural” o colapso da Alemanha Oriental. Segundo eles, lá o trabalho voluntário era bastante difundido e a infraestrutura de voluntariado – principalmente clubes ligados às empresas – ruiu com a unificação, fazendo que com as oportunidades de voluntariado se extinguissem de maneira aleatória. Antes do fim da Alemanha Oriental, o Painel Socioeconômico Alemão (*SOEP*) já coletava informações sobre os níveis de bem-estar subjetivo, permitindo comparações antes e depois do choque exógeno da unificação.

Para Frey (2008), o fato de as pessoas fazerem previsões erradas sobre a utilidade futura de suas atividades explicaria o porquê do trabalho voluntário não ser tão popular. No Brasil, o voluntariado é ainda menos disseminado: o país ocupa apenas a 90ª posição, entre 135 países, na classificação do *World Giving Index* de 2013, com base no tempo médio que os cidadãos dedicam ao trabalho voluntário⁴⁶. Campanhas poderiam incentivar o voluntariado, levando em conta ainda outras consequências positivas que ele traz, especialmente para setores mais carentes da sociedade. Ainda, considerando a melhora de bem-estar, incentivos poderiam ajudar a população para despertar para o voluntariado, ainda que essa noção pareça contraditória⁴⁷.

- Degradação ambiental:

Em pesquisa cobrindo mais de três décadas e 21 países, Tiwari (2011) vê efeitos negativos da degradação ambiental nos níveis de felicidade da população. Brereton *et al* (2009) destaca que a literatura já encontrou influências negativas na satisfação com a vida de fatores ambientais específicos, como desastres naturais, poluição do ar e poluição sonora. Já considerando a preocupação das pessoas, Ferrer-i-Carbonell e Gowdy (2007) concluíram que a preocupação com a poluição afeta negativamente o bem-estar, mesmo controlados outros fatores como os traços individuais de personalidade.

⁴⁶ CHARITIES AID FOUNDATION. *World Giving Index 2013*. Disponível em: <https://www.cafonline.org/publications/2013-publications/world-giving-index-2013.aspx>. Acesso em: 14/09/2014.

⁴⁷ Um exemplo é o Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2013, que permite o aproveitamento do serviço voluntário em cursos de nível superior, na forma de créditos curriculares.

- **Discriminação:**
Bjørnskov *et al* (2007) percebem efeitos negativos da discriminação de gênero na satisfação com a vida, resultado que não se limitaria ao bem-estar individual das mulheres, mas também dos homens. Para Frey e Stutzer (2002), as descobertas da Economia da Felicidade também apontam para o efeito da discriminação em relação a raça, etnia e idade.
- **“Preferências bem informadas” ou “Inteligência emocional”:**
Considerando que a psicologia mostra que os indivíduos cometem erros sistemáticos ao tomar decisões – contrariamente aos agentes racionais da teoria econômica clássica –, Easterlin (2003, p. 28) sugere que as políticas públicas devem dar “séria atenção” para o estabelecimento de preferências mais bem informadas, e coloca a educação como o melhor meio para alcançar esse objetivo. No mesmo sentido, Layard (2011) propõe um curso, no ensino básico, cobrindo uma diversa gama de assuntos, que Frey (2008) chama de “Educação para a Vida”, mas que poderia também ser chamado de “Inteligência Emocional”⁴⁸.

Boyce e Wood (2010) conduziram pesquisa mostrando a importância de terapia para o bem-estar subjetivo, estimando que um tratamento psicológico é 32 vezes mais efetivo do que um aumento da renda em tornar os indivíduos mais felizes. Além da sensível discussão sobre paternalismo, propostas como as dos economistas Easterlin e Layard parecem pouco viáveis a curto prazo no Brasil, já que é notório que o sistema educacional público do país enfrenta dificuldades em fornecer com qualidade mesmo as disciplinas mais básicas, como Matemática ou Português.
- **Publicidade:**
Benesch *et al* (2006) discutem a visão de alguns autores de que a informação transmitida pela televisão seria um “bem meritório”, o que daria ensejo à intervenção do governo na publicidade. Segundo Musgrave (2008), o termo bem meritório tem várias aplicações, mas, em geral, entende-se que ele é um bem que deve ser provido por conta de valores sociais e não por conta da escolha individual. Nesse sentido, ele é um bem que é considerado necessário para o indivíduo, ainda que ele não o deseje ou queira pagar por ele – e por isso a atuação do governo (exemplos incluem saúde, educação e moradia).

⁴⁸ Layard (2011) considera que o curso poderia ter conteúdo semelhante ao do *best-seller Inteligência Emocional*, de Daniel Goleman.

Layard (2011) enfatiza o papel que a publicidade tem em moldar as preferências, por vezes de forma negativa. Ele elogia a experiência sueca, de proibir propagandas para crianças até doze anos e propõe que a proibição seja adotada em outros países, sugerindo que até mesmo a publicidade dirigida a adultos deveria ser mais regulamentada. Para Sachs (2011), os países deveriam restringir a propaganda voltada a crianças de alimentos que viciam e prejudicam a saúde, criticando ainda a publicidade voltada para a população em geral, que causaria outros vícios de consumo custosos para a sociedade. Para Klepacz (2011, pp. 125-127), um psiquiatra, há uma epidemia de estados depressivos ligados à “sensação de inadequação e insuficiência” que pode ser associada à mídia.

Mais uma vez, há uma polêmica discussão sobre o tipo de intervenção sugerida pelos economistas Layard e Sachs. Recentemente a publicidade dirigida ao público infantil, inclusive fora da TV, foi significativamente restringida pela Resolução nº 163, de abril de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República⁴⁹.

- Convívio social:

Ainda, Kahneman (2011, p. 395) destaca que as pesquisas reconhecem a importância do “contato social” para o bem-estar e ressalta que um dos melhores preditores “dos sentimentos em um dia é se a pessoa teve ou não contatos com amigos ou familiares”. Frey (2008) remete a conceitos da teoria da autodeterminação para explicar a importância desse contato: a adaptação hedônica seria menor para necessidades intrínsecas (como tempo com a família e amigos e *hobbies*) do que para desejos externos (como renda e *status*).

Nessa mesma linha, para André Lara Resende (2014), qualidade de vida “é sobretudo tempo com a família, tranquilidade (...) inserção numa comunidade com a qual se tem empatia”. No âmbito das políticas públicas, essa discussão remete à questão do tempo, e, assim, à já discutida questão sobre a mobilidade urbana, mas, para Frey, também a uma legislação trabalhista flexível, que desse maior liberdade à escolha das jornadas nos contratos trabalhistas.

⁴⁹ No Congresso Nacional, tramitam o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001, e o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013, que também restringem a publicidade destinada a crianças.

Por fim, o estudo da felicidade observou a importância de alguns outros fatores – mais distantes do âmbito de atuação das políticas públicas – em afetar os níveis de satisfação com a vida. Entre os mais importantes estão a genética e a personalidade individuais, a idade, o casamento (positivamente), o hábito de assistir TV (negativamente, por estar ligado à procrastinação) e um ambiente hierárquico forte no trabalho (negativamente).

5 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Vários autores vêm ressaltando o papel que as pesquisas sobre a felicidade podem ter na avaliação de políticas públicas e na avaliação do valor de bens públicos. Uma vasta metodologia de avaliação já existe para as políticas públicas⁵⁰ e para o valor dos bens públicos: o que vem sendo ressaltado são os casos em que a metodologia da Economia da Felicidade soluciona desvantagens de outras metodologias.

A ideia é que, medindo o bem-estar subjetivo e controlando o efeito das várias variáveis que o afetam, o impacto de alterações de determinadas políticas públicas nos níveis de satisfação com a vida poderia ser isolado e avaliado. Para Frey (2008), essa metodologia poderia superar os problemas com métodos tradicionais na avaliação de bens públicos como os de valoração contingente e os métodos de revelação de preferência (como o método de preços hedônicos), e, além disso, capturaria efeitos diretos e indiretos das externalidades envolvidas. Um exemplo destacado é o trabalho de Van Praag e Baarsma (2004), que avaliaram os custos do Aeroporto de Amsterdã para os moradores de sua vizinhança. Para Frey e Stutzer (2009, p. 10): “Com o bem-estar subjetivo reportado como uma medida *proxy* da utilidade, os bens públicos podem ser diretamente avaliados em termos de utilidade.”

Para Corbi e Menezes-Filho (2006, p. 535), um exemplo de uso das medidas de felicidade seria a avaliação de mudanças dos gastos governamentais, e métodos tradicionais poderiam ser complementados por “funções micro-econômicas de felicidade com um grande número de determinantes”, permitindo “a avaliação dos feitos de políticas extensivas de gastos”. Prearo (2013), analisando dados para a região do Grande ABC paulista, observa correlação entre os serviços públicos e o bem-estar subjetivo individual, mas ressalva que a relação é mais forte quando a análise se dá em

⁵⁰ Ver, entre outros, Menezes-Filho (2012) e Angrist e Pischke (2008).

estratos específicos, de acordo com as características socioeconômicas e demográficas da população alvo da política.

6 INICIATIVAS PELO MUNDO

Em vários países, uma atenção maior tem sido dada aos indicadores de bem-estar. Para o economista Sir Gus O'Donnell (2013, p. 100), chefe de gabinete de três primeiros ministros britânicos entre 2005 e 2011, “há um consenso crescente entre governos e instituições internacionais” de que “medidas de bem-estar subjetivo têm um importante papel a desempenhar em definir o sucesso (de um país)”. Já há alguns anos que muitos governos e organismos internacionais têm patrocinado iniciativas para dar mais atenção à felicidade. O professor Lorde Richard Layard, cuja obra foi citada anteriormente, foi assessor, do tema, do ex-primeiro ministro britânico Tony Blair. O ex-presidente francês Nicholas Sarkozy também foi entusiasta da questão, como será visto adiante. Nesta seção, apresentamos algumas iniciativas pelo mundo e no Brasil ligadas à Economia da Felicidade, desde a discussão sobre novos indicadores até a divulgação de rankings de bem-estar individual.

No início de 2008, antes da “Grande Recessão”, o presidente francês Nicholas Sarkozy formou uma comissão para identificar os limites do PIB como um indicador da performance econômica e considerar como poderiam ser produzidos outros indicadores relevantes de progresso social, além de avaliar a viabilidade de medidas. Liderada pelos vencedores do prêmio Nobel em Economia Joseph Stiglitz e Amartya Sen (criador do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), e pelo economista francês Jean-Paul Fitoussi, a Comissão para a Mensuração da Performance Econômica e do Progresso Social (Comissão Stiglitz-Sen) contou com a participação também, entre outros, dos também prêmio Nobel Daniel Kahneman, James Heckman e Kenneth Arrow, além de acadêmicos eminentes como os economistas Angus Deaton e Alan Krueger e o jurista Cass Sunstein, e de participantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Comissão apresentou seu relatório no fim de 2009, também publicado na forma de um livro⁵¹.

⁵¹ COMMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS. *(Mis)Measuring our lives: why GDP doesn't add up / the report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Nova York: The New Press, 2010.

As contradições do PIB como indicador de progresso são apontadas há muito tempo. Exemplos comuns são produtos (contabilizados positivamente no PIB) cujos processos produtivos causam degradação ambiental (que não é contabilizada); congestionamentos que elevam o consumo de gasolina (contabilizada no PIB) e que deterioram a qualidade de vida (não contabilizada); e acidentes de carro, que geram gastos com hospitais, seguradoras e até advogados (também entram no PIB) e impõe um grande custo humano (que não é abatido do PIB). Essas desvantagens são bastante conhecidas e apresentadas mesmo em livros-texto introdutórios de economia, entretanto, a Comissão e o seu relatório representaram um esforço de proporções talvez inéditas em discuti-las.

Para os autores, o tema central do relatório é o “amadurecimento” dos atuais sistemas de mensuração existentes, deslocando a ênfase “da mensuração da produção econômica para a mensuração do bem-estar das pessoas” (p. 12). Tal amadurecimento seria importante porque, segundo a publicação, medidas estatísticas afetam diretamente a tomada de decisões: se aquelas falham, essas falhariam também. É feita a distinção entre dois tipos de avaliação: a do bem-estar corrente e a de sustentabilidade (que indica se o bem-estar poderá durar ao longo do tempo). A Comissão ressalta que a mudança de ênfase não implica abandonar o uso de indicadores econômicos como o PIB e defende que indicadores econômicos ainda “fornecem respostas a muitas questões importantes, como monitorar a atividade econômica”. Nesse sentido, conclui que as dimensões que deveriam ser levadas em conta são as condições materiais de vida (renda, consumo e riqueza); saúde; educação; atividades pessoais (incluindo trabalho); participação política e governança; conexões sociais e relacionamentos; meio ambiente (condições atuais e futuras); e insegurança (de natureza econômica e física).

A Comissão faz ainda várias recomendações. Dentre elas, está a recomendação de que as pesquisas sejam “desenhadas para avaliar as ligações entre vários domínios de qualidade de vida para cada pessoa”, argumentando que “essas informações devem ser usadas ao se desenhar políticas públicas em várias áreas” (p. 15). Outra recomendação é de que os órgãos estatísticos nacionais incorporem em suas pesquisas perguntas sobre avaliações pessoais de satisfação com a vida, além de experiências hedônicas e prioridades individuais.

Na mesma linha, em 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou unanimemente a Resolução 65/309, convidando os países membros a medir a felicidade de seus

cidadãos e a usar os dados para orientar suas políticas públicas. Na Resolução, a ONU coloca a busca da felicidade como um objetivo humano fundamental, reconhece que o objetivo da felicidade e a sua aspiração encarna o espírito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, avalia que o PIB não reflete adequadamente a felicidade e o bem-estar, e defende uma abordagem mais equilibrada para o crescimento econômico, que promova, além da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável, também a felicidade e o bem-estar de todos os povos. Os países já contam também com um padrão internacional para a mensuração do bem-estar, por meio do documento da OCDE apresentado na seção 2.

Para contribuir para o debate de quais deveriam ser o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os anos de 2015-2030, foi publicado pelo *The Earth Institute*, da Universidade Columbia, e pela ONU o já citado *The World Happiness Report*, com a última versão em 2013. Organizado por John Helliwell, Richard Layard e Jeffrey Sachs, o estudo defende que o conhecimento gerado nas pesquisas sobre felicidade pode ser usado para desenvolver políticas públicas melhores, tanto em relação a resultados quanto em relação ao modo de formulação. Para eles, existe uma demanda que cresce no mundo todo para que as políticas públicas estejam mais alinhadas com o que “realmente importa para as pessoas” (p. 6).

O estudo também apresenta iniciativas específicas ao redor do mundo nessa direção. A mais conhecida é a do Reino do Butão, que já nos anos 70 colocou como objetivo do país aumentar a “Felicidade Interna Bruta”, aludindo ao Produto Interno Bruto (PIB). Uma discussão mais aprofundada sobre a maximização da felicidade como objetivo do Estado será feita na próxima seção. Já no Reino Unido, o primeiro ministro David Cameron deu continuidade à ênfase dada na questão pelos seus antecessores trabalhistas e, desde 2012, o órgão estatístico nacional já mensura o nível de bem-estar subjetivo individual. Segundo o estudo, também recentemente adereçaram publicamente o assunto as líderes alemã Angela Merkel e sul-coreana Park Geun-hye. Em um fórum específico sobre a temática com membros do Parlamento, Merkel comentou a atenção dada a indicadores econômicos e afirmou que “frequentemente não priorizamos o que é realmente mais importante para as pessoas”⁵². No caso sul-coreano, a presidente salientou que políticas implementadas para reduzir o desemprego após a crise

⁵² Happiness Matters, Merkel Tells Germany [6 de junho de 2013]. *CNBC*. Disponível em: <http://www.cnbc.com/id/100794505> Acesso em: 21/08/2014.

internacional também contemplavam o desejo de melhorar a qualidade de vida no país. Ainda, na Nova Zelândia o governo criou o *The Quality of Life Project*, que foca na qualidade de vida nos centros urbanos e em como indicadores de bem-estar podem ajudar políticas públicas nessas áreas⁵³.

Além das iniciativas citadas no estudo – apresentadas no parágrafo anterior –, e da Comissão Stiglitz-Sen criada pelo presidente francês Nicholas Sarkozy, outras foram lançadas nos últimos anos, tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes – e com diferentes graus de democracia. No Canadá, uma iniciativa acadêmica publica desde 2009 o “Índice de Bem-Estar Canadense” (*Canadian Index of Well-Being*), que usa para compor o índice, entre outras informações, dados subjetivos extraídos de *surveys*⁵⁴. Na Tailândia, também passou a ser calculada a partir da década passada a “Felicidade Interna Bruta”. No Equador e na Bolívia, as novas constituições reconhecem, respectivamente, como um direito e como um princípio ético-moral, o conceito indígena de “viver bem”. E de acordo com o que a imprensa internacional noticiou em 2011, a Coreia do Norte criou um próprio índice de felicidade⁵⁵.

No Brasil, a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, acrescenta ao art. 6º da Constituição “a busca da felicidade” como um direito social. A PEC motivou a realização de audiência sobre o assunto na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ainda naquele ano e ficou apelidada de “PEC da Felicidade”, contrariando o Senador Cristovam Buarque, para quem o nome se tornou um entrave para a aprovação da matéria⁵⁶.

Para o Senador, a emenda não obrigaria o governo a criar projetos visando à felicidade dos cidadãos, nem permitiria que um cidadão requeresse medidas específicas do Estado objetivando sua felicidade individual. Ela serviria, na verdade, para marcar a importância da dignidade humana no imaginário da sociedade, humanizar a

⁵³ <http://www.qualityoflifeproject.govt.nz/>

⁵⁴ <https://uwaterloo.ca/canadian-index-wellbeing/>

⁵⁵ North Korea Global Happiness Index: China is the World ‘Happiest’ Place [6 de junho de 2011]. *The Huffington Post*. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/06/06/north-korea-global-happiness-index-china-happiest-place_n_871784.html. Acesso em: 22/08/2014.

⁵⁶ Cristovam reage a críticas à ‘PEC da Felicidade’ [28 de janeiro de 2011]. Brasília: *Agência Senado*. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/01/28/cristovam-reage-a-criticas-a-pec-da-felicidade>. Acesso em: 20/08/2014.

Constituição e os direitos sociais – reféns, respectivamente, dos advogados e economistas –, e sensibilizar a população.

Formalmente, a justificativa da proposta considera que a previsão constitucional do direito à busca da felicidade permitiria positivizar o direito. Defende-se que caberia ao Estado fornecer meios para a busca da felicidade, tanto por sua ação positiva quanto por sua ação negativa. A justificativa ressalta ainda que “a busca da felicidade” aparece como direito na Declaração de Direitos da Virgínia, que influenciou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, e que a constituição francesa abarca entre os direitos humanos “a felicidade geral”. Também cita-se a existência da busca da felicidade como direito nas constituições do Japão (com o Estado garantindo as condições para que a felicidade seja atingida) e da Coreia do Sul (atrelada ao dever do Estado em assegurar os direitos humanos individuais), além da experiência do Butão.

Uma iniciativa mais aplicada no Brasil é o projeto “Felicidade Interna Bruta”, tocado pelo Instituto Visão Futuro e pela Fundação Banco do Brasil⁵⁷. Baseado na experiência do Butão, o projeto foca em pequenas comunidades e não se propõe apenas a construir um indicador, mas busca a mobilização social dentro da localidade, a fim de resolver problemas descobertos nas respostas de questionários. A experiência começou em 2008, em São Paulo, no município de Angatuba e posteriormente em Itapetininga e Campinas, além da comunidade Rajadinha, da região de administrativa de Planaltina-DF.

Por fim, destacam-se em âmbito internacional as comparações do bem-estar individual entre os países por meio de diversos rankings, em geral baseados na *Gallup World Poll* e com resultados parecidos. No *The World Happiness Report 2013*, o Brasil aparece em 24º lugar entre 156 países, em um ranking liderado pela Dinamarca e outros países escandinavos, além de Canadá e Austrália, com a Costa Rica liderando entre os latino-americanos (12º). No *Happy Planet Index* de 2012, lidera novamente a Dinamarca, junto com outros países escandinavos e novamente Canadá e Austrália, e o Brasil é o 22º dentre 151 países na dimensão bem-estar subjetivo (o índice completo usa outras variáveis) – a Costa Rica aparece em 11º como o melhor da América Latina⁵⁸. Na publicação *How's Life – Measuring Well Being* (2013), do projeto *Better Life* da OCDE, o Brasil é o 20º entre 36 países (os 34 países-membros, além de Brasil e Rússia), e a

⁵⁷ <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>

⁵⁸ <http://www.happyplanetindex.org/data/>

classificação é encabeçada pela Suíça e por escandinavos⁵⁹. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) classificou apenas países latino-americanos e caribenhos no estudo de 2008 *Beyond Facts: Understanding Quality of Life*: o Brasil ficou com a 8ª posição em um total de 23 países – as três primeiras colocações são de países da América Central, Costa Rica mais uma vez à frente⁶⁰.

Já para o IPEA, a posição do Brasil é um pouco mais favorável. Também usando dados da *Gallup* de 2011, o instituto usou dados de uma pesquisa própria, que colocaria o país em 16º lugar na comparação com 147 países, sendo a região Nordeste a com o maior nível de bem-estar subjetivo⁶¹. Essa pesquisa, porém, não é feita com regularidade, como em outros países.

7 DEVEMOS BUSCAR MAXIMIZAR UM INDICADOR DE FELICIDADE?

É controversa a prescrição de que outros governos façam como fez o do Butão, que buscou aumentar a Felicidade Interna Bruta (FIB) do país. A visão mais dominante na Economia da Felicidade é que, em vez disso, os resultados das pesquisas devem servir de insumos adicionais no debate político, não devendo o Estado se comprometer em maximizar um indicador de felicidade.

Frey (2008) ressalta que a felicidade é um objetivo importante na vida das pessoas, sendo o objetivo principal para muitas delas. Para Sachs (2011), “a busca da felicidade não deveria ficar confinada ao belo reino montanhoso do Butão”. No entanto, os pesquisadores butaneses Ura e Galay (2004) argumentam que uma dificuldade significativa em relação ao FIB é a ausência de consenso em relação à metodologia do indicador. Kahneman *et al* (2004) evoluíram o conceito do FIB e propuseram uma contabilidade nacional do bem-estar.

Frey resume as principais vantagens de um “Índice Nacional de Felicidade”, em relação aos indicadores estritamente econômicos: a inclusão de aspectos não materiais do bem-estar humano; a inclusão como indicadores finais de aspectos que são apenas insumos no PIB (como educação e saúde); a criação de uma nova visão para o governo, permitindo ainda uma nova forma de avaliação dele pelos cidadãos; e a análise de

⁵⁹ http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oced/economics/how-s-life-2013_9789264201392-en#page69

⁶⁰ <http://publications.iadb.org/document.cfm?id=35142659>

⁶¹ *Comunicado do IPEA nº 158 – 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?*.

resultados subjetivos. Para Frey e Stutzer (2007b), há muito tempo a teoria econômica sonha que a política econômica vise maximizar o bem-estar social, desde Bentham (1789) e Edgeworth (1881) até o primeiro agraciado com prêmio Nobel de Economia, Jan Tinbergen (1956), e Theil (1965). Entretanto, apenas recentemente foi possível aferir empiricamente o bem-estar.

Existem várias objeções à ideia de um governo que maximize variáveis com o FIB ou um “Indicador Nacional de Felicidade”. Entre elas, a mais forte se dá na percepção de aumento do risco de autoritarismo, restando às pesquisas em Economia da Felicidade informar não políticas públicas, mas apenas escolhas individuais⁶². Frey (2008) relembra também o “paradoxo hedônico” de Mill (1909): a noção de que a felicidade não pode ser obtida quando se busca por ela, sendo ela obtida somente como um produto secundário de outras atividades. Do conceito visto anteriormente de adaptação hedônica surge também o argumento de que a felicidade proveniente de muitas situações é apenas temporária, tornando complexo o problema de maximizar a felicidade. Frey e Stutzer (2007b) ressaltam ainda que a felicidade não é necessariamente um objetivo definitivo das pessoas e que entre outros possíveis objetivos estão liberdade, autoestima e lealdade. Para Lara Resende (2012), a felicidade nem sempre é considerada desejável, sendo ela apenas desejável nos momentos em que realmente é devida, considerando natural um estado de infelicidade quando as circunstâncias exigirem: “Fazer da felicidade um objetivo em si, especialmente um objetivo de governo, é a receita para a infantilização autoritária”⁶³. Analisando a obra de Skidelsky e Skidelsly (2012), o economista brasileiro resalta ainda que trocar “a busca por crescimento pela busca da felicidade é passar de um falso ídolo a outro”.

Como então a Economia da Felicidade pode se relacionar com as políticas públicas? A Economia da Felicidade traz novas informações empíricas para a discussão política sobre determinadas políticas, como visto no caso da mobilidade urbana. Projetos de mobilidade urbana tendem a ser priorizados por conta de suas vantagens, como o incremento da produtividade na economia ou o combate à poluição, e preteridos quando outras políticas são consideradas preferenciais, como quando o governo estimula a compra de carros ou subsidia o preço da gasolina. Neste exemplo, o estudo

⁶² Money vs. Happiness: Nations Rethink Priorities [4 de julho de 2007]. *Newsweek*. Disponível em: <http://www.newsweek.com/money-vs-happiness-nations-rethink-priorities-97465>. Acesso em: 21/7/2014.

⁶³ LARA RESENDE, A. Obra citada, p. 12.

da felicidade traz mais um elemento para o debate: a descoberta robusta de que uma mobilidade urbana eficiente contribui diretamente para melhorar o bem-estar da população. O caso ilustra como os achados do estudo da felicidade podem ser incorporados pela esfera governamental sem que o governo necessariamente busque maximizar um indicador de felicidade.

No campo teórico, essa visão se apoia na “teoria da escolha pública” (*public choice*) e na “economia constitucional”, subdisciplinas que se tornaram conhecidas pela obra do prêmio Nobel James Buchanan. Este arcabouço se opõe à visão do “ditador benevolente”, em que as políticas públicas, incluindo a política econômica, são conduzidas por um planejador central interessado no melhor resultado para o bem-estar da sociedade. Em contraste, a teoria da escolha pública supõe que os agentes políticos são agentes racionais, guiados pelos próprios objetivos, e reagem aos incentivos postos a eles. Assim, buscam desde legitimamente agradar eleitores visando um próximo pleito, até beneficiar grupos de interesse ou empresários em troca de apoio político. Já a economia constitucional considera como regras e instituições podem moldar o comportamento desses agentes políticos.

E como essas subdisciplinas se relacionam com a presente discussão? Para Frey (2008, p. 167), em uma democracia, o desenho constitucional permite que os cidadãos “revelem suas preferências e forneçam aos políticos (o governo) o incentivo para torná-las realidade”, concluindo que a maximização de um indicador de felicidade não respeita esse processo. Dessa forma, na maximização, colocam-se incentivos para que tanto cidadãos quanto políticos usem de estratégias que possam manipular a “função de felicidade”. Os cidadãos podem distorcer o resultado das pesquisas respondendo a elas de maneira estratégica, em vez de sincera; e o governo pode dar mais importância para políticas populistas que elevem o indicador, ainda que elas não sejam sustentáveis, ou alterar a metodologia do indicador de maneira que lhe seja benéfica (um exemplo parecido é o de governos que “maquiam” a taxa de inflação). Assim, a discussão remeteria à chamada “Lei de Goodhart”, que afirma que, quando uma medida passa a ser um objetivo, ela não é mais uma boa medida do que se está avaliando⁶⁴.

⁶⁴ Ver Goodhart (1975).

8 CONCLUSÃO

A Economia da Felicidade é um campo emergente, com cada vez mais contribuições de acadêmicos de várias áreas, e cada vez mais adesão de políticos e gestores públicos em relação aos seus resultados. Este Texto para Discussão buscou apresentar o tema e introduzir a sua aplicação a políticas públicas no Brasil. Não foi objetivo do texto esgotar o assunto, que é complexo e possui muitas facetas.

Em relação aos fatores estritamente econômicos por trás da satisfação individual, o estudo da felicidade não parece prescrever mudanças significativas no rumo da política econômica do país. É verdade que a Economia da Felicidade, por várias descobertas, relativiza a importância do dinheiro para o bem-estar individual, mas aqui se argumentou que o Brasil ainda não estaria em um patamar de renda que permitisse preterir o crescimento econômico. Também foi visto que o principal determinante econômico da felicidade, o emprego, está em níveis historicamente altos no país, e as prescrições das pesquisas sobre felicidade em relação à inflação e à desigualdade vão ao encontro das propostas dos principais grupos políticos do país.

Nesse sentido, a Economia da Felicidade tem mais a oferecer em relação a outras políticas públicas e em relação ao desenho das instituições. Neste texto ficou mostrada a grande importância, para a felicidade, de boas instituições, de uma mobilidade urbana eficiente, de um desenho urbano que privilegie a convivência e os espaços públicos, e de um sistema de saúde capaz de adereçar bem as carências da população, entre outros itens considerados insatisfatórios hoje no Brasil.

Não apenas o conteúdo de políticas públicas, mas também a avaliação delas pode ser aprimorada com os resultados das pesquisas. Para isso, é essencial a existência de uma pesquisa periódica sobre o bem-estar subjetivo individual, conforme as recomendações 9 e 10 do relatório da Comissão Stiglitz-Sen e a Resolução 65/309 da ONU, podendo ser usadas as diretrizes da OCDE apresentadas anteriormente.

Ao redor do mundo, governos e organismos – como a ONU e a OCDE – vêm adotando medidas em sintonia com o estudo da felicidade, em maior ou menor grau. A maioria dos estudiosos em Economia da Felicidade concorda, porém, que ela deve subsidiar políticas públicas, e não ser o objetivo delas. Com base na Economia Constitucional, Frey (2008, p. 177) defende que “a política econômica, deve, portanto, ajudar a estabelecer as instituições fundamentais que permitem aos indivíduos buscar o

nível de felicidade a que eles aspiram.” Caberia aos resultados do estudo da felicidade prover “*inputs*” ao processo político: “Esses *inputs* devem ser colocados à prova na competição política e no debate dentre os cidadãos, e entre os cidadãos e os políticos.” (p. 181).

Dessa forma, a visão das pesquisas em felicidade competiria com outras visões, deixando para o processo político a atribuição de tomar a melhor decisão a respeito de que resultados devem ser incorporados. Com isso, ainda segundo Frey (2008, p. 182): “O perigo de paternalismo estatal desaparece e os indivíduos recebem a chance de determinar por si como eles escolhem elevar o seu bem-estar”.

Assim, como mostrado no texto, os resultados de muitas pesquisas podem ser úteis ao debate de políticas públicas de várias áreas no Brasil, sem passar por cima de outros argumentos ou de outras políticas públicas que não se liguem à felicidade. Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, por exemplo, a economia ainda é muito importante, mas ele espera que ela “deixe de ocupar o lugar de proeminência que ocupa hoje no debate brasileiro para que a gente possa focar em questões ligadas à cidadania, à realização humana, à felicidade⁶⁵”. O pensamento de Giannetti em relação ao crescimento econômico seria ilustrativo: expandido para outras áreas estaria sendo consoante com o estado atual da Economia da Felicidade, que reconhece a importância de temas atualmente em debate, mas ressalta áreas para onde a nossa atenção deve migrar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Cristovam reage a críticas à ‘PEC da Felicidade’ [28 de janeiro de 2011]. Brasília: Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/01/28/cristovam-reage-a-criticas-a-pec-da-felicidade>. Acesso em: 20/08/2014.

ALESINA, A.; DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. Inequality and Happiness: Are Europeans and Americans Different? *Journal of Public Economics*, v. 88, p. 2009-42, 2004.

ALESINA, A.; LA FERRARA, E. Preferences for Redistribution in the Land of Opportunities. *Journal of Public Economics*, v. 89, n. 5-6, p. 897-931, 2005.

⁶⁵ GIANNETTI DA FONSECA, E. *Programa de Marina será cumprido quando conta fiscal permitir*. [8 de setembro, 2014]. São Paulo: *Valor Econômico*. Entrevista concedida a Denise Neumann e Catherine Vieira.

ALSTON, L.; MELO, M.; MUELLER, B.; PEREIRA, C.. Changing Social Contracts: Beliefs and Dissipative Inclusion in Brazil. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, n. 18588, dez. 2012.

ANGRIST J.; PISCHKE, J. *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. Princeton: Princeton University Press, 2009. 373p.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Attitudes to Torture: Stop Torture Global Survey*. 2014. Disponível em: <http://www.amnesty.ie/stoptorture/campaign/global-survey-attitudes-torture-2014>

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Beyond Facts: Understanding Quality of Live*. v. 17, set-out 2008. Disponível em: <http://publications.iadb.org/document.cfm?id=35142659> Acesso em: 12/08/2014.

BENESCH, C.; FREY, B.; STUTZER, A. TV Channels, Self Control and Happiness. *WWZ Discussion Papers*. n. 0603, jul. 2006.

BENTHAM, J. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1789, 248p.

BJØRNSKOV, C.; DREHER, A.; FISHER, J. A. On Gender Inequality and Life Satisfaction: Does Discrimination Matter? *University of St. Gallen Department of Economics Working Paper Series*, n. 2007-07, 2007.

BORRERO, S; ESCOBAR, A. B.; CORTÉS, A. M; MAYA, L. C. Poor and Distressed, but Happy: Situational and Cultural Moderators of the Relationship Between Wealth and Happiness. *Estudios Gerenciales*, v. 29, n. 126, p. 2-11, jan-mar 2013.

BOYCE, C.; WOOD, A. Money or Mental Health: The Cost of Alleviating Psychological Distress with Monetary Compensation versus Psychological Therapy. *Health Economics, Policy and Law*. v. 5, p. 509-516, 2010.

BRERETON, F.; FERREIRA S.; MORO, S. Environment, Institutions and Well-Being. *UCD. GPEP Working Paper*, 2009.

CARTER, T.; GILOVICH, T. The Relative Relativity of Material and Experiential Purchases. *Journal of Personality and Social Psychology*. v. 98, n. 1, p. 146–59, 2010.

CHARITIES AID FOUNDATION. *World Giving Index 2013*. Disponível em: <https://www.cafonline.org/publications/2013-publications/world-giving-index-2013.aspx>. Acesso em: 14 de ago. 2014.

CLARK, A. E.; FRIJTERS, P.; SHIELDS, M. A. Relative Income, Happiness, and Utility: An Explanation for the Easterlin Paradox and Other Puzzles. *Journal of Economic Literature*, v. 46, p. 95-144, 2008.

CLARK, A.; OSWALD, A.; Unhappiness and Unemployment. *Economic Journal*, v. 104, n. 424, p. 648-59, 1994.

CLARK, A.; OSWALD, A.; Satisfaction and Comparison Income. *Journal of Public Economics*, v. 61, p. 359-81, 1996.

COMISSION ON THE MEASUREMENT OF ECONOMIC PERFORMANCE AND SOCIAL PROGRESS. *(Mis)Measuring Our Lives: Why GDP Doesn't Add Up / The Report by the Comission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Nova York: The New Press, 2010.

CONSULTOR JURÍDICO. *Presidente do Ipea Insiste com Jornada de 12 Horas Semanais*. [30 de abril de 2008]. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-abr-30/pochmann_insiste_jornada_12_horas_semanais. Acesso em: 09/08/2014.

CONSUMER NEWS AND BUSINESS CHANNEL. Happiness Matters, Merkel Tells Germany [6 de junho de 2013]. Disponível em: <http://www.cnbc.com/id/100794505>. Acesso em: 21/08/2014.

CORBI, R.; MENEZES-FILHO, N. Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, pp. 518-36, out-dez. 2006.

DEATON, A. Income, Aging, Health and Wellbeing around the World Evidence from the Gallup World Poll. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, n. 13317, ago. 2007.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH R, J.; OSWALD, A. J. The Macroeconomics Of Happiness. *Review of Economics and Statistics*, p, 809-27, 2001a.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH R, J.; OSWALD, A. J. Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness. *American Economic Review*, p 335-41, 2001b.

DORN, D.; FISHER, J.; KIRCHGÄSSNER, G.; SOUSA-POZA, A. Is it Culture or Democracy? The Impact of Democracy, Income and Culture on Happiness. *Social Indicators Research*, v. 82, n. 3, p. 505-26, 2007.

DUBNER, .S; LEVITT, S. Why Vote? Nova York: *The New York Times Magazine*., nov. 2005. Disponível em:

http://www.nytimes.com/2005/11/06/magazine/06freak.html?pagewanted=all&_r=1&.
Acesso em: 09/09/2014.

EASTERLIN, R. Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence. In: DAVID, P.; REDER, M. (Org.). *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovowitz*. Waltham: Academic Press, 1974.

EASTERLIN, R. Explaining Happiness. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 100, p. 1176-83, 2003.

EASTERLIN, R. *Building a Better Theory of Well-Being*. 2004. Disponível em: <http://www-bcf.usc.edu/~easterl/papers/BetterTheory.pdf> Acesso em: 11/08/2014.

EDGEWORTH, F. *Mathematical Psychics: An Essay on the Application of Mathematics to the Moral Sciences*. Londres: Kegan Paul and Co. 1881. 150p.

EHRHARDT, J.; SARIS, W.; VEENHOVEN, R. Stability of Life-Satisfaction over Time. *Journal of Happiness Studies*, v. 1, n. 2, p. 177-205, 2000.

FERRER-I-CARBONELL, A.; GOWDY, J. Environmental Degradation and Happiness. *Ecological Economics*. v. 60, p. 509-516, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bilionário Carlos Slim recomenda semana com três dias de trabalho. São Paulo. [19 de agosto 2014]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488634-bilionario-carlos-slim-recomenda-semana-com-tres-dias-de-trabalho.shtml>. Acesso em 9 ago. 2014.

FONG, C. Social Preferences, Self-Interest, and the Demand for Redistribution. *Journal of Public Economics*, v. 82, p. 225-46, 2001.

FORDYCE, M. A Review of Research on Happiness Measures: A Sixty Second Index of Happiness and Measures and Mental Health. *Social Indicators Research*, v. 20, p. 355-81, 1988.

FRAGA, A. *Confiança e Competição*. [23 de agosto, 2014]. São Paulo: VEJA. Entrevista concedida a Joice Hasselmann.

FREDERICK, S.; LOEWENSTEIN, G. Hedonic adaptation. In: KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARTZ, N. (Org.). *Scientific Perspectives on Enjoyment, Suffering, and Well-Being*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1999.

FREY, B. *Happiness: A Revolution in Economics*. Cambridge: The MIT Press, 2008. 240p.

- FREY, B.; STUTZER, A. Happiness, Economy and Institutions. *Economic Journal*, v. 110, n. 446, p. 918-38, 2000.
- FREY, B.; STUTZER, A. The Economics of Happiness. *World Economics*, v. 3, p. 25-41. 2002a.
- FREY, B.; STUTZER, A. What Can Economists Learn from Happiness Research? *Journal of Economic Literature*. v. 40, n. 2, p. 402-35, 2002b.
- FREY, B.; STUTZER, A. Testing Theories of Happiness. *Zurich IEER Working Paper Series*, n. 147, abr 2003.
- FREY, B. S.; STUTZER, A. Should National Happiness Be Maximized? *Center for Research in Economics, Management and the Arts Working Paper Series*, v. 26, 2007.
- FREY, B.; STUTZER, A. *Economics and the Study of Individual Happiness*. Dez. 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2347566> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2347566>. Acesso em: 11/07/2014.
- GARDNER, J.; OSWALD, A. *Does Money Buy Happiness? A Longitudinal Study Using Data on Windfalls*. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/ajoswald/marchwindfallsgo.pdf> Acesso em: 23/06/2014.
- GIAMBIAGI, F. Salário-Mínimo – Razões e Bases para uma Nova Política. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Org.). *Propostas para o Governo 2015/2018*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 393p.
- GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. *Complacência – Entenda Por que o Brasil Cresce Menos do que Pode*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 272p.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. O Preço da Felicidade. [27 de novembro, 2006]. São Paulo: *Revista da Folha*. Entrevista concedida a Sandra Balbi. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/especial/2006/maisdinheiro2/2711200608.shtml>. Acesso em: 17/07/2014.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. Programa de Marina Será Cumprido Quando Conta Fiscal Permitir. [8 de setembro, 2014]. São Paulo: *Valor Econômico*. Entrevista concedida a Denise Neumann e Catherine Vieira.
- GILOVICH, T. Glee from Buying Objects wanes, While Joy of Buying Experiences Keeps Growing. [31 de março, 2010]. Ithaca: *Cornell Chronicle*. Entrevista concedida a

George Lowery. Disponível em: <http://www.news.cornell.edu/stories/2010/03/study-shows-experiences-are-better-possessions>. Acesso em: 06/08/2014.

GOLDSMITH, A.; VEUMB, J.; WILLIAM JR., D. The Impact of Labor Force History on Self-Esteem and Its Component Parts, Anxiety, Alienation and Depression. *Journal of Economic Psychology*, v. 17, p. 183-220, abr 1996.

GOLEMAN, D. *Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than IQ*. Nova York: Bantam Books, 2005.

GOODHART, C. Problems of Monetary Management: The UK Experience. In: *Papers in Monetary Economics*, v. 1, Reserve Bank of Australia, 1975.

GRAHAM, C.; PETTINATO, S. *Happiness and Hardship: Opportunity and Insecurity in New Market Economies*. Washington: Brookings Institution Press, 2002a. 174p.

GRAHAM, C.; PETTINATO, S. Frustrated Achievers: Winners, Losers and Subjective Well-Being in Emerging Market Economies. *Journal of Development Studies*, v. 38, n. 4, p. 100-40, jun. 2002b.

HEADEY, B.; WEARING, A. Subjective Well-Being: A Stocks and Flows Framework. In: F. STRACK, F.; ARGYLE, M.; SCHWARZ N. (Org.). *Subjective Well-Being: An Interdisciplinary Perspective*. Oxford: Pergamon Press, 1991.

HELLIWELL, J. Well-Being, Social Capital and Public Policy: What's New? *Economic Journal* v. 116, n. 510, p. C34-C45, 2006.

HELLIWELL, J.; BARRINGTON-LEIGH, C. Viewpoint: Measuring and Understanding Subjective Well-Being. *Canadian Journal of Economics / Revue canadienne d'Economique*, v. 43, n. 3, 2010.

HELLIWELL, J.; HUANG, H. How's Your Government? International Evidence Linking Good Government and Well-Being. *British Journal of Political Science*, v. 38, p. 595-619, 2007.

HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. (Org.). *The World Happiness Report 2013*. Nova York: The Earth Institute, 2013. 156p.

HUDSON, J. Institutional Trust and Subjective Well-Being across the EU. *Kyklos*, v. 59, n. 43-62, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Jogo do Tempo*. Disponível em: <http://www.e->

survey.com.br/comunicacao/jogo_do_tempo_v/images/ibope_tempo.pdf. Acesso em: 06 de ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2012: *Desenvolvimento Inclusivo Sustentável?* Comunicados do IPEA n. 158. Brasília: IPEA, 2012, 26p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil Medidas pela PNAD/IBGE*. Comunicados do IPEA, n. 159. Brasília: IPEA, 2013. 47p.

IRWIN, A. The Realism of Expectations. *Psychological Review*, v. 51, p. 120-26, mar 1944.

KAHNEMAN, D. What scientific concept would improve everybody's cognitive toolkit? 2011. *Edge*. Disponível em: <http://edge.org/responses/what-scientific-concept-would-improve-everybodys-cognitive-toolkit>. Acesso em: 21/07/2014.

KAHNEMAN, D. *Thinking, Fast and Slow*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2011. 499p.

KAHNEMAN, D.; DEATON, A. High Income Improves Evaluation of Life but Not Emotional Well-Being. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 38, set. 2010.

KAHNEMAN, D.; KRUEGER, A.; SCHKADE, D.; SCHWARZ, N.; STONE, A. A Survey Method for Characterizing Daily Life Experience: The Day Reconstruction Method. *Science*, v. 306, p. 1776-80, 2004.

KAHNEMAN, D.; KRUEGER, A.; SCHKADE, D.; SCHWARZ, N.; STONE, A. Toward National Well-Being Accounts. *American Economic Review*. v. 94, n. 2, 2004.

KAHNEMAN, D.; RIIS, J. Living and Thinking about It: Two Perspectives in Life. In: HUPPERT, F.; BAYLIS, N.; KEVERNE, B. (Org.). *The Science of Well-Being*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

KAHNEMAN, D.; THALER, R. Anomalies: Utility Maximization and Experienced Utility 2006. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 20, n. 1, p. 221-34, 2006.

KAHNEMAN, D.; VAREY, C. Notes on the Psychology of Utility. In: ELSTER, J.; ROEMER, J. (Org.). *Interpersonal Comparisons of Well Being*. Nova York: Cambridge University Press, 1991.

KAHNEMAN, D.; WAKKER, P; SARIN, R. Back to Bentham? Explorations of Experienced Utility. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 112, p. 375-406, 1997.

- KLEPACZ, S.; CESAR, B. *O Sutil Desequilíbrio do Estresse – Conversas entre uma Psicóloga, um Psiquiatra e um Lama Budista*. São Paulo: Gaia, 2011. 297p.
- KOSLOWSKY, M.; KLUGER, A.; REICH, M. *Commuting Stress: Causes, Effects, and Methods of Coping*. Nova York: Plenum Press, 1995.
- LARA RESENDE, A. ‘É preciso crescer com qualidade de vida’, diz Lara Resende. [8 de março, 2014]. São Paulo: *O Estado de São Paulo*. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-crescer-com-qualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e>. Acesso em: 21/07/2014.
- LARA RESENDE, A. Além da Conjuntura. *Valor Econômico*, São Paulo, 21 dez. 2012.
- LAYARD, R. *Happiness: Lessons from a New Science*. Nova York: Penguin Books, 2011.
- LEVITT, S.; DUBNER, S. *Freakonomics: A Rogue Economist Explores the Hidden Side of Everything*. Nova York: William Morrow, 2005. 336p.
- LISBOA, M.; LATIF, Z. Democracy and Growth in Brazil. *INSPER Working Paper WPE 311/2013*. 2013. Disponível em: http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/Democracy_and_Growth_in_Brazil.pdf
- LUECHINGER, S.; FREY, B.; STUTZER, A. The Life Satisfaction Approach to Valuing Public Goods: The Case of Terrorism. *Public Choice*. v. 138, p. 317-45, 2009.
- LYUBOMIRSKY, S. Hedonic Adaptation to Positive and Negative Experiences. In: FOLKMAN, S. (Org.). *The Oxford Handbook of Stress, Health, and Coping*. Nova York: Oxford University Press, 2010. p. 200-24.
- MARKS, G.; FLEMING, N. Influences and Consequences of Well-Being Among Australian Young People: 1980-1995. *Social Indicators Research*, v. 46, n. 3, p. 301-23, 1999.
- MEIER, S.; STUTZER, A. Is Volunteering Rewarding in Itself? *Economica*, v. 75, p. 39-59, 2008.
- MENDES, M. *Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 252p.
- MENEZES-FILHO, N. (Org.). *Avaliação Econômica de Projetos Sociais*. São Paulo: Dinâmica, 2012.
- MILL; J. S. *Autobiography*. Nova York: Collier, 1909.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *Journal of Political Economy*, v. 66, p. 281-302, 1958.

MURPHY, G.; ATHANASOU, J. The Effect of Unemployment on Mental Health. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, v. 72, n. 1, p. 83-99, 1999.

MUSGRAVE, R. merit goods. *The New Palgrave Dictionary of Economics*.
DURLAUF, S. N.; BLUME, L. (Org.). Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em:
http://www.dictionarofeconomics.com/article?id=pde2008_M000152. Acesso em:
15/06/2014.

NEWSWEEK. *Money vs. Happiness: Nations Rethink Priorities* [4 de julho de 2007].
Disponível em: <http://www.newsweek.com/money-vs-happiness-nations-rethink-priorities-97465>. Acesso em: 21/07/2014.

O GLOBO. *Anistia Internacional: 80% dos brasileiros Temem Tortura Policial em Caso de Prisão*. Rio de Janeiro, 13 mai. 2014. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/brasil/anistia-internacional-80-dos-brasileiros-temem-tortura-policial-em-caso-de-prisao-12469444>. Acesso em: 09/06/2014.

O GLOBO. *Datafolha: Partidos políticos e o Congresso Nacional são as instituições menos confiáveis*. 21 jul. 2014. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-partidos-politicos-o-congresso-nacional-sao-as-instituicoes-menos-confiaveis-13332916> Acesso em: 29/07/2014.

O'DONNELL, G. Using Well-Being as a Guide to Policy. In: HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. *The World Happiness Report 2013*. Nova York: Earth Institute, 2013.

OKUN, A. *The Political Economy of Prosperity*. Washington: Brookings Institution Press, 1970.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 63/309: *Happiness: Towards a Holistic Approach to Development*. 19 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Guidelines on Measuring Subjective Well-being*. Paris: OCDE, 2013. Disponível em: [http://www.oecd.org/statistics/Guidelines on Measuring Subjective Well-being.pdf](http://www.oecd.org/statistics/Guidelines%20on%20Measuring%20Subjective%20Well-being.pdf).

PEÑALOSA, E. Bogota's Urban Happiness Movement [25 de junho, 2007]. Toronto: *The Globe and Mail*. Entrevista concedida a Charles Montgomery. Disponível em: <http://www.theglobeandmail.com/life/bogotas-urban-happiness-movement/article1087786/?page=all> . Acesso em: 06/08/2014.

- PEREIRA, R.; SCHWANEN, T. Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho no Brasil (1992-2009): Diferenças entre Regiões Metropolitanas, Níveis de Renda e Sexo. *Série de Textos para Discussão do IPEA*, n. 1813, fev 2013.
- PESSOA, S. O Contrato Social da Democratização. In: BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Brasil: A Nova Agenda Social*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- PESSOA, S. O Contrato Social da Redemocratização. In: BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. *Brasil: A Nova Agenda Social*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- PREARO, L. *Os Serviços Públicos e o Bem-Estar Subjetivo da População: Uma Modelagem Multigrupos Baseada em Mínimos Quadrados Ordinários*. 274 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- RESEARCH PAPERS IN ECONOMICS. *Economist Rankings at IDEAS*. Disponível em: <http://ideas.repec.org/top/top.person.all.html>. Acesso em: 23/06/2014.
- RYAN, R.; DECI, E. *The Handbook of Self-Determination Research*. Rochester: University of Rochester, 2002. 480p.
- SACHS, J. The Economics of Happiness. *Project Syndicate*. 2011. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-economics-of-happiness>. Acesso em: 09/08/2014.
- SANDVIK, E.; DIENER, E.; SEIDLITZ, L. Subjective Well-Being: The Convergence and Stability of Self-Report and Non-Self-Report Measures. *Journal of Personality*, v. 61, n. 3, p. 317-42, 2006.
- SELIGMAN, M.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive Psychology: An Introduction. *American Psychologist*. v. 55, p. 5-14, 2000.
- SEN, A. The Standard of Living. In: MCMURRIN, S. (Org.). *Tanner Lectures on Human Values*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SEN, A. Rationality and Social Choice. *American Economic Review*. v. 85, n. 1, p. 1-24, 1995.
- SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. *How Much is Enough? Money and the Good Life*. Nova York: Other, 2012.
- STUTZER, A.; FREY, B. S. Stress that Doesn't Pay: The Commuting Paradox. *Scandinavian Journal of Economics*. v. 110, p. 339-366, 2008.

- STUTZER, A.; FREY, B. Recent Advances in the Economics of Well-Being. *Social Research*, v.77, n. 2, p. 679-714, 2014.
- THE HUFFINGTON POST. *North Korea Global Happiness Index: China is the World 'Happiest' Place* [6 de junho de 2011]. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/06/06/north-korea-global-happiness-index-china-happiest-place_n_871784.html. Acesso em: 22/08/2014
- THEIL, H. Optimal Decision Rules for Government and Industry. *Journal of the American Statistical Association*. v. 61, n. 315, p. 865-86, 1966.
- TINBERGEN, J. Economic Policy: Principles and Design. *The Economic Journal*. v. 69, n. 274, 1959.
- TIWARI, A. Happiness and Environmental Degradation: What Determines Happiness? *Economics Bulletin*. v. 31, n. 4, p. 3192-3210, 2011.
- TORGLER, B; SCHMIDT, S.; FREY, B. The Power of Positional Concerns. *Zurich IEER Working Paper Series*, n. 368, abr. 2008.
- URA, K.; GALAY, K. Gross National Happiness and Development. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2004, 233p.
- VAN HERWAARDEN, F.; KAPTEYN, A; VAN PRAAG, B. Twelve Thousand Individual Welfare Functions: A Comparison of Six Samples in Belgium and the Netherlands. *European Economic Review* v.9, n. 3, p. 283-300, 1977.
- VAN PRAAG, B.; BAARSMA, B. Using Happiness Surveys to Value Intangibles: The Case of Airport Noise. *Discussion Paper Series, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor March*, n. 1096, mar. 2004.
- VAN PRAAG, B.; VAN DER SAR, N. Household Cost Functions and Equivalence Scales. *Journal of Human Resources*, 23, n. 1: 23-49. 1988.
- VASS, Z. *A Psychological Interpretation of Drawings and Paintings. The SSCA Method: A Systems Analysis Approach*. Cincinnati: Alexandra Publishing, 2012. 927p.
- WILSON, T.; GILBERT, D. Affective Forecasting. *Advances in Experimental Social Psychology*, v. 35, p. 345-411, 2003.
- WINKELMANN, L.; WINKELMANN, R. Why Are the Unemployed So Unhappy? Evidence from Panel Data. *Economica*, v. 65, n. 257, p. 1-15, 1998.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge: The MIT Press, 2002.